



# Anais da Assembléia

N.º 102

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 96.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1983

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Srs Deputados Rubens Bueno e Edmar Luiz Costa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Erondy Silvério) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Presidência registra com satisfação a visita do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, Sr. Alfeu Ramos, bem como do Sr. Gil Ribas, do PMDB de Cêrro Azul.

### Mensagens:

Sob o número 105/83, do Sr Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1984 a 1986. — Ao Departamento Legislativo

### MENSAGEM 78/83

Curitiba, 28 de junho de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva extinguir a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6636, de 29 de novembro de 1974, transferindo suas atribuições, pessoal e patrimônio para a Secretaria de Estado da Administração.

Mais detalhados esclarecimentos quanto a necessidade,

oportunidade e elevado interesse público de que é revestida a medida ora submetida a exame dessa augusta Casa de Leis, estão contidos na anexa cópia autêntica do Ofício número 282/83-SEAD, firmado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art 1.º — Fica extinta na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Estadual a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos - SERH, criada pela Lei número 6636, de 29 de novembro de 1974, e regulamentada pelo Decreto número 1683, de 09 de março de 1976, passando as suas atribuições, pessoal e patrimônio, para a Secretaria de Estado da Administração - SEAD.

Art. 2.º — Ficam extintos os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Administração - SEAD e da extinta Secretaria de Estado dos Recursos Humanos - SERH, na forma do Anexo I, da presente lei.

Art. 3.º — Os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Administração e da extinta Secretaria de Estado dos Recursos Humanos ficam transformados, para fins de implantação da nova estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração, na forma do Anexo II, da presente lei.

Art. 4.º — No exercício de 1983, visando à conveniência administrativa, a execução de despesas será processada separadamente segundo as estruturas orçamentárias das Secretarias de que trata a presente lei, conforme dispõe o vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 5.º — O "caput" do Art. 5.º da Lei n.º 7189, de 30 de agosto de 1979, passa a ter a seguinte redação: "Art. 5.º — A Fidepar será administrada por um Conselho de Administração composto por cinco (05) membros e uma Diretoria Executiva, composta por dois (02) membros, todos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de quatro (04) anos, permitida a recondução".

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## ANEXO I

### CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO EXTINTOS

Secretaria de Estado	N.º de Cargos	DENOMINAÇÃO	SIMBOL.
DOS	01	Secretário de Estado	DAS-1
	01	Chefe de Gabinete de	
	01	Secretário de Estado	DAS-5
DOS RECURSOS HUMANOS	01	Chefe de Assessoria para Controle de Resultados	DAS-5
	01	Assessor de Gabinete	1-C
	01	Chefe de Grupo Setorial	1-C
	01	Assessor de Imprensa	3-C
	02	Assistente de Gabinete	4-C
	01	Oficial de Gabinete	6-C
	01	Assistente	7-C
	01	Oficial de Gabinete	7-C
	01	Assistente	11-C
	01	Assistente	14-C

Secretaria de Estado	Nº de Cargos	DENOMINAÇÃO	Simbol.
DA ADMINISTRAÇÃO	01	Chefe de Assessoria para Controle de Resultados	DAS-5
	01	Chefe da Coordenadoria Administrativa Setorial e Regional	DAS-5
	01	Assessor	1-C
	01	Chefe de Grupo Setorial	1-C
	01	Assistente Técnico	2-C
	01	Assessor de Imprensa	3-C
	01	Oficial de Gabinete	6-C
DO PLANEJAMENTO	01	Chefe de Grupo Setorial	1-C
	01	Assistente Técnico de Grupo Setorial	2-C
DAS FINANÇAS	01	Chefe de Grupo Setorial	1-C
	01	Assistente Técnico	2-C

**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO –  
TRANSFORMADOS**

SITUAÇÃO ATUAL		
SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HUMANOS		
Nº de Cargos	DENOMINAÇÃO	Simbol.
01	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-2
01	Chefe da Coordenadoria dos Grupos de Recursos Humanos Setoriais	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria de Alocação de Recursos Humanos	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria do Cadastro Central de Recursos Humanos	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria de Auditoria de Recursos Humanos	DAS-5
01	Chefe da Assessoria Jurídica	1-C
03	Assessor de Gabinete	1-C
13	Chefe de Grupo Setorial	1-C
04	Assistente de Gabinete	2-C
14	Assistente Técnico	2-C
01	Assistente de Gabinete	4-C
01	Assistente de Gabinete	5-C
01	Oficial de Gabinete	7-C
02	Assistente	7-C
02	Assistente	11-C
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		
01	Secretário de Estado	DAS-1
01	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-2
01	Diretor do Departamento Estadual de Administração de Material	DAS-2
01	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria de Construções e Reparos	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria do Patrimônio do Estado	DAS-5
01	Chefe da Coordenadoria Central de Controle de Serviços	DAS-5

01	Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial	DAS-5
01	Diretor do Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem	DAS-5
03	Assessor	1-C
13	Chefe de Grupo Setorial	1-C
02	Assistente	2-C
13	Assistente Técnico	2-C
01	Assistente Técnico do GFS-DEAM	2-C
02	Assistente - DETO	2-C
01	Assistente - DEAM	3-C
01	Chefe de Gabinete - DETO	3-C
01	Assistente	6-C
01	Oficial de Gabinete	6-C
02	Oficial de Gabinete - DETO	7-C
02	Assistente	8-C
01	Assistente	9-C
02	Assistente	10-C
02	Assistente	14-C
02	Assistente	15-C

SITUAÇÃO PROPOSTA		
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		
Nº de Cargos	DENOMINAÇÃO	Simbol.
01	Secretário de Estado	DAS-1
01	Diretor Geral de Secretaria de Estado	DAS-2
01	Diretor de Departamento	DAS-2
01	Diretor do Departamento Estadual de Administração de Material	DAS-2
01	Chefe de Gabinete de Secretário de Estado	DAS-5
01	Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial	DAS-5
01	Diretor do Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem	DAS-5
03	Chefe de Coordenadoria	DAS-5
04	Gerente de Recursos Humanos	DAS-5
01	Assessor Jurídico	1-C
05	Assessor	1-C
13	Chefe do Grupo Administrativo Setorial	1-C
13	Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial	1-C
07	Assistente	2-C
13	Assistente Técnico de Grupo Administrativo Setorial	2-C
13	Assistente Técnico de Grupo de Recursos Humanos Setorial	2-C
01	Assistente Técnico do GFS-DEAM	2-C
02	Assistente - DETO	2-C
01	Assistente - DEAM	3-C
01	Chefe de Gabinete - DETO	3-C
01	Assistente	4-C
01	Assistente	5-C
01	Assistente	6-C
03	Assistente	7-C
02	Assistente - DETO	7-C
02	Assistente	8-C
01	Assistente	9-C
04	Assistente	10-C
02	Assistente	11-C
02	Assistente	12-C
02	Assistente	15-C

Ofício 282/83 SEAD

Curitiba, 11 de maio de 1983.

Senhor Governador:

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de extinção da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e a conseqüente reorganização da Secretaria de Estado da Administração, bem como a de redução de cargos de direção e do número de membros do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER  
Secretário de Estado da Administração

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Com o propósito de viabilizar e direcionar as atividades no âmbito da Administração Pública Estadual, frente a uma nova concepção governamental, está a se propor, pelo anteprojeto de Lei, em anexo, a extinção da Secretaria de Estado de Recursos Humanos, assumindo suas atribuições a atual Secretaria de Estado da Administração.

A presente proposição tem por intuito a reorganização de atribuições conferidas às Secretarias de Estado de natureza instrumental, motivo pela qual a Secretaria de Estado de Recursos Humanos está a se revelar dispensável para o cumprimento dos objetivos e diretrizes a que se presta. Tal medida visa a consecução dos objetivos voltados ao fortalecimento de uma política de meios administrativos mais eficaz, determinado por procedimentos de valorização da política de pessoal.

O referido Anteprojeto de Lei, propõe, também, em seu artigo 5º, a redução do número de membros do Conselho de Administração da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná-FIDEPAR, passando de 10 para 5 membros. O Conselho de Administração dessa entidade, apesar de seu relevante papel não foi até hoje instalado, tendo sido substituído em suas atribuições por uma junta, prevista no art. 29 dos Estatutos da FIDEPAR. A redução do número de seus membros, virá, com certeza, contribuir para que o mesmo venha a assumir suas funções na administração da entidade.

Ainda no art. 5º, o anteprojeto de Lei em anexo dispõe sobre a redução do número de membros da Diretoria Executiva da FIDEPAR, passando de 4 para 2 Diretores. Tal proposta vem ao encontro das diretrizes do atual Governo no que concerne à redução dos gastos públicos, devido a um melhor aproveitamento da estrutura administrativa do Estado.

Torna-se mais concreta a presente justificativa, ao se analisar alguns dos itens que contribuem para a redução das despesas, conforme os dados a seguir:

- a) Redução da frota de veículos em 4 unidades, inclusive um de representação.
- b) Unificação dos serviços-meio concernentes à reprografia, desenho, almoxarifado, protocolo, patrimônio e serviços-gerais, desativando-se as estruturas excedentes.
- c) Unificação das atividades de planejamento, de execução financeira e de administração de recursos humanos, desativando-se as estruturas paralelas.
- d) Melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais, proveniente dos remanejamentos realizados.
- e) Redução dos cargos de comissão.
  - Na administração indireta - FIDEPAR - A extinção de 2 cargos de Diretores, importando uma economia da ordem de Cr\$9.438.996,00 (nove milhões quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e noventa e seis cruzeiros) anuais.
  - Na Administração Direta - Atualmente a Secretaria de Estado da Administração dispense Cr\$75.976.104,00 (setenta e cinco milhões, novecentos e setenta e seis mil e cento e quatro cruzeiros) anuais e a Secretaria de Estado

dos Recursos Humanos Cr\$69.717.420,00 ( sessenta e nove milhões, setecentos e dezesseis mil e quatrocentos e vinte cruzeiros) anuais, totalizando Cr\$ 145.693.524,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil e quinhentos e vinte e quatro cruzeiros) anuais, sem considerar as vantagens de cada cargo. Com a nova estrutura de cargos, a Secretaria de Estado da Administração dispenderá Cr\$122.304.456,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros) anuais, implicando numa redução de Cr\$23.389.068,00 (vinte e três milhões, trezentos e oitenta e nove mil e sessenta e oito cruzeiros) referentes aos vencimentos brutos. Considerando as vantagens inerentes aos cargos extintos, num total de Cr\$.....  
.....14.545.986,00 ( quatorze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil novecentos e oitenta e seis cruzeiros) anuais, a redução total chega ao montante de Cr\$.....  
.....37.834.054,00 (trinta e sete milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e cinquenta e quatro cruzeiros) anuais.

Ao Departamento Legislativo.

## REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER regime de Urgência para a Mensagem Governamental nº 78/83 que trata da extinção da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, transferindo suas atribuições, pessoais e patrimônio para a Secretaria de Estado da Administração.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Resolução nº 06/83, que estabelece a consignação do orçamento do Poder Legislativo, por indicação do senhor deputado, subvenção social e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa ouvido o Plenário, que fique consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Nobre Vereador Sebastião Viana Pereira, do PMDB de Engenheiro Beltrão; Requer também, que o presente voto de pesar seja encaminhado ao senhor Joaquim Viana Pereira filho, ex-Prefeito do Município de Engenheiro Beltrão e irmão do vereador falecido.

Sebastião Viana Pereira, filho do ilustríssimo Joaquim Viana Pereira, cidadão Honorário do Município de Engenheiro Beltrão, desde sempre se revelou uma pessoa preocupada com os destinos do Município e sempre trabalhou no sentido de oferecer a toda a comunidade de seu município melhores condições de vida e progresso. Filho de pioneiros na cidade, trabalhava para o engrandecimento do município na condição de vereador, quando lhe sobreveio a morte, que o arranca do seio de todos quantos lhe queriam bem, constituindo-se em perda irreparável para toda a comunidade.

Sentimo-nos profundamente consternados pelo acontecimento, e aqui expressamos nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata da presente sessão de um voto de regozijo ao município de NOVA AURORA, pelo transcurso de seu 16º aniversário, a transcorrer no próximo dia 25.

As autoridades municipais realizam entre os dias 18 a 25 de setembro, intensas festividades comemorativas de caráter cívico-cultural, com ampla participação popular.

Esta Casa, também deseja se associar a este evento, como demonstração de apreço que merece aquela comuna paranaense.

Requer ainda, que do presente seja dado conhecimento aos ilustríssimos senhores prefeito Municipal e presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) FUAD NACLI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de voto de louvor pela passagem do 16º aniversário de emancipação política do município de Nova Aurora, e solicita, também, a sua indicação para representar o Poder Legislativo nas festividades que se realizarão nos dias 18 a 25 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) FUAD NACLI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que seja indicada uma Comissão composta de 5 membros para representar este Poder nos festejos de aniversário que ocorrerá dia 10 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

Requer moção de apoio a expediente encaminhado ao Congresso.

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhada às lideranças dos partidos políticos representados no Congresso Nacional a mais irrestrita solidariedade desta Casa ao apelo formulado pela Federação dos Empregados em estabelecimentos bancários no Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná, e outras, no sentido de que a Câmara e o Senado repudie, através de uma maioria esmagadora os famigerados Decretos-Lei nºs 2024 e 2045, que modifica a política salarial brasileira.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoiamento: Adhail Sprenger Passos

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que a violência tem, lamentavelmente, aumentado em proporções assustadoras em nosso Estado, especialmente em Curitiba;

Considerando que o povo curitibano sente-se desprotegido, pois os órgãos públicos que, conforme a lei, devem zelar pela segurança não tem mostrado o bom desempenho;

Considerando, finalmente, que o prestigioso jornal "GAZETA DO POVO" visando conscientizar o complexo policial da garantia que é devida à população, hoje ameaçada muito mais em sua casa que às ruas "anuncia e já" "sugere e reivindica, em reportagens sobre o assunto e já" "sugere e reivindica, em nome da população - que sejam ativadas de imediato todos os procedimentos ostensivos";

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata desta sessão, um voto de irrestrito apoio e solidariedade à oportuna iniciativa do tradicional órgão da imprensa do nosso Estado.

Requer, outrossim, sejam encaminhados veementes apelos ao senhor governador do Estado e ao senhor secretário da Segurança Pública, no sentido de serem tomadas as enérgicas providências que a situação exige, pois como muito bem registrou a "GAZETA DO POVO", na reportagem publicada nesta data: "É preciso ação".

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício à professora Gilda Poli Rocha Loures, excelentíssima secretária de Estado da Educação, solicitando que sejam tomadas providências visando a criação e instalação de Curso Supletivo de segundo grau, na cidade de Ponta Grossa.

É incompreensível que na cidade de Ponta Grossa o governo estadual não tenha ainda criado um curso supletivo de segundo grau, fazendo com que cerca de duas mil pessoas se vejam obrigadas a procurar cursos particulares. Mais de quatro escolas particulares mantêm esse tipo de curso na cidade de Ponta Grossa e em razão das altas mensalidades cobradas muitos interessados deixam de prosseguir os estudos.

O governo do Estado possui na cidade de Ponta Grossa inúmeros prédios escolares, na parte central, que apresentam capacidade ociosa, especialmente no período noturno.

A implantação do curso supletivo de segundo grau atenderá mais de 2 mil pessoas, possibilitando que as mesmas prosigam seus estudos.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo senhor doutor Deni Lineu Schwartz, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando as providências necessárias no sentido da viabilidade, na pavimentação asfáltica, num trecho aproximado de 30 km, entre a sede do município de Ubiratã, via distrito de Yolanda, até o distrito de 4º Centenário, no município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

## JUSTIFICATIVA:

Esse trajeto é de suma importância para os municípios de Ubatã e Goioerê, uma vez que trará grandes benefícios quanto ao escoamento dos produtos agrícolas até a sede do município, sendo que nos períodos de chuvas são prejudicados pelas precárias vias de acesso, causando grandes prejuízos para os produtores, sendo que o referido trecho, abrange mais de 50 por cento dos agricultores do município de Ubatã e Goioerê.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que seja estudada a viabilidade de se atender as reivindicações referentes ao município de Campina da Lagoa:

1. Transferir o Comando Policial de Campina da Lagoa do Batalhão da Polícia Militar de Goioerê, para o município de Campo Mourão;
2. Reequipamento no que diz respeito ao aparelho de todo aquele Organismo Policial;
3. Uma viatura nova para a sede do município;
4. Outra viatura para o distrito de Sales de Oliveira, bem como um contingente policial, já que não conta aquela localidade, com nenhum soldado;
5. Escrivão e Delegado.

Torna-se inadiável medidas que venham suprir estas deficiências, que por certo, irão dar mais tranquilidade e segurança aos cidadãos daquele município.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja viabilizado com urgência, a liberação de verba no valor de 23 milhões para a municipalidade de Mariluz.

Tal verba já fora anunciada por setores do governo, e será destinada especificamente para o combate à erosão existente no solo de Mariluz.

Faz-se necessário a liberação e aplicação imediata destes recursos, que por certo, ao menos inicialmente, servirão para amenizar os problemas enfrentados, principalmente pelos proprietários agropecuaristas, face à elevada desagregação do solo e as vias públicas da sede do município.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja analisado através de estudos, a viabilidade quanto a elevação do escritório da Claspar — Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, para uma Coordenadoria Regional, localizado na municipalidade de Campo Mourão.

Esta medida dada as devidas providências, permitirá por certo, uma dinamização daquele órgão já que viria a proporcionar um atendimento mais condizente com os municípios que compõem a região de Campo Mourão.

Neste sentido, pelas razões expostas, espera-se que haja

pronto atendimento no que ora é reivindicado, dada a importância do mesmo.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que sejam realizados estudos quanto à viabilização de se autorizar a 52ª Inspeção Regional de Ensino a contratar professores em regime de CLT no município de Goioerê.

De iniciativa do vereador Antônio Bernardino Sena Neto, apresentada e aprovada unanimemente no Legislativo Municipal goioerense, dia cinco do corrente, objetiva fundamentalmente suprir a falta de aulas que vem se verificando nos estabelecimentos da rede estadual de ensino daquela cidade citada, que vem prejudicando não só aos estudantes que terão de assistir aulas extraordinárias, mas também os professores que se encontram à disposição, não podendo no entanto, serem contratados, em face do Decreto nº 781/83. Estalacuna de horário, existe em razão de vários professores terem transferido residência para outras localidades, ou mesmo de professoras que estão em período de gestação.

Neste sentido, torna-se necessário urgentemente que sejam tomadas medidas capazes de permitir a substituição daqueles mestres ora afastados, pelos que encontram-se disponíveis, eliminando problemas ainda maiores que, por certo, podem vir a acontecer.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que se envie expediente a Excelentíssima senhora secretária da Educação, solicitando a implantação do ensino de segundo grau no distrito de Farol, município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

## JUSTIFICATIVA:

O distrito de Farol é um dos mais velhos do Estado do Paraná e um dos maiores produtores, senão do Estado, de toda a microrregião da Concama.

Infelizmente, hoje, os filhos dos agricultores daquele distrito não podem estudar na sua maioria e outros têm que se deslocar por mais de 15 km para estudar em Campo Mourão.

Dá a urgência de se instalar ali a escola de segundo grau para atender velha aspiração dos moradores do distrito.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao excelentíssimo senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, digníssimo senhor secretário da Cultura e do Esporte, solicitando a inclusão no Orçamento de 1984, daquela Pasta, de verba para a construção de um ginásio de Esportes no município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

## JUSTIFICATIVA:

Cafelândia, município recém-criado, ainda não dispõe de um ginásio de esportes para a prática de educação física dos alunos daquela comunidade.

Sabemos que a prática de esportes é essencialmente para formação de uma população sadia, e por esse motivo, reivindicamos a construção, no mais breve possível, de um ginásio de esportes naquele município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o senhor desembargador Alceu Conceição Machado, apelando no sentido de que, no projeto da nova lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o distrito judiciário de Ibiracema, no município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista que o distrito de Ibiracema, dista mais de 20 quilômetros da sede do município de Catanduvas, ocasionando inúmeros problemas à sua numerosa população, no trato das causas judiciais.

Distrito administrativo criado desde 1974, conforme Lei nº 09/74, Ibiracema possui uma laboriosa população que de longa data vem reivindicando melhorias naquela rica região de Catanduvas, inclusive com relação aos problemas judiciais.

É nesse sentido que formulamos o presente apelo que, temos certeza, merecerá do Poder Judiciário o melhor de suas atenções, já que a sua finalidade, como sempre vem a de ser o trato da causa pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos ministros do Planejamento e da Fazenda, sugerindo que sejam destinados 20 por cento do total bruto de apostas da Loteria Esportiva e da Loto para atender as necessidades do Nordeste, enquanto perdurar o estado de emergência que se verifica em função das secas.

Assim, embora seja jogo inconveniente à sociedade, pelos problemas que causa, haverá notáveis recursos semanais para minimizar os problemas dos patrícios daquela assolada região.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao excelentíssimo senhor secretário da Segurança Pública, doutor Luiz Felipe Haj Mussi, encarecendo do mesmo as mais urgentes providências no sentido de designar delegado especial, objetivando o comando de ações cabíveis, no sentido de coibir os constantes assaltos que vem se verificando contra ônibus, na BR-277, trecho entre Laranjeiras do Sul e Guaraniáçu-PR.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

Apoio: Tércio Albuquerque.

#### JUSTIFICATIVA:

Inútil seria justificar a importância de tal pedido, uma vez que é do conhecimento de todos os Parlamentares a insegurança dos passageiros que se deslocam no sentido Curitiba/Cascavel/Foz do Iguaçu e vice-versa.

Porém, o que estranhemos é que tais assaltos que são praticados por perigosos bandidos, colocando em risco a vida de nossos filhos e a nossa própria, são feitos na mesma localidade e com as mesmas características e o que é mais gritante, é que a polícia local, num descaso ou despreparo, nada fazem para desbaratar esta perigosa quadrilha, chegando a alegar falta de equipamentos e combustível, para efetuarem as diligências necessárias.

Urge, portanto, medidas rigorosas, visando antes de mais nada a segurança do patrimônio alheio, e ainda mais, a segurança do maior patrimônio humano, que é a nossa própria vida.

Portanto nosso pedido vai alicerçado no alto espírito público do senhor Secretário, na certeza de que o mesmo não medirá esforços, para o pronto atendimento do presente, aliviando assim a angústia e o medo que paira sobre o nosso já tão espoliado povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos senhores JOSÉ RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado, DENI LINEU SCHWART, Digníssimo Secretário dos Transportes e OLIVOZANELLA, Digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando inclusão no orçamento do próximo ano, das referidas pastas, de verba para asfaltamento da estrada ligando Toledo a Cafelândia, passando por Tupãssi.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(a) Mário Pereira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUEREM à mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de telelex, dirigindo ao Excelentíssimo senhor presidente da República, solicitando do mesmo a retirada do Decreto-Lei nº 2045, ora em trâmite pelo Congresso Nacional e sua conseqüente revogação.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983.

(aa) Márcio Almeida, Roberto Requião, Luiz Alberto Oliveira, José Antonio Fonseca e Adhail Sprenger Passos.

#### JUSTIFICATIVA:

No momento em que toda a Nação se levanta para mostrar sua aceitação de mais um espúrio Decreto-Lei em trânsito no Congresso Nacional, neste caso o número 2045, entendemos que esta Assembléia Legislativa não poderia de maneira alguma permanecer calada, exatamente por representar, através do voto popular os anseios de toda população do Paraná.

Vindo no bojo de toda uma legislação caduca e totalmente divorciada dos anseios daqueles que por ele serão legislados, o Decreto-Lei nº 2045, representa hoje mais um arrocho no já achatado "salário" do trabalhador brasileiro, vindo em detrimento de 98,5% dos trabalhadores regidos pela, também desvinculada da realidade, C.L.T., como prosseguimento da política salarial implantada a partir do Decreto-Lei 6708/79.

Deste modo, a única medida cabível a esta Casa de Leis, é a solicitação da retirada imediata de Decreto-Lei 2045 do Congresso Nacional com a sua conseqüente revogação, o que por si só não irá resolver a questão do arrocho salarial, mas fará com que os trabalhadores brasileiros não percam mais 20% do seu poder aquisitivo, o que em última análise poderá significar a "so-

brevivência" de muitos brasileiros.

## PROJETO DE LEI:

### Projeto de Lei nº 142/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Obra de São José", com sede e foro no Município de Alto Piquiri.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1983.

(a) Aníbal Khury.

**JUSTIFICATIVA:** — A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública está devidamente registrada sob o nº 0002 do Livro nº APJ-1 do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Alto Piquiri e tem por finalidade específica, prestar assistência às famílias carentes e aos pobres inválidos pela falta de saúde ou pela idade avançada, tanto no campo social ou cultural e assistindo especialmente aos menores carentes, abandonados ou desajustados, sem distinção de raça, cor, credo religioso, político e condição social.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando-se-lhe dê o indispensável apoio e finalmente sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"A corrupção, as falcaturas e as negociatas com os bens e negócios públicos parecem que estão virando rotina em nosso País. Nem bem o Brasil se recobrou aos recentes escândalos da CAPEMI, da DELFIM, da COROA/BRASEL e dos acordos entreguistas com o FMI e já chega até nós uma suja negociata do Governo brasileiro.

Em dezembro de 1982, a Companhia de Financiamento da Produção - CFP, através da exportadora Costa Pinto, vendeu a multinacional suíça Mar Rich, com pagamento à vista, 600 mil toneladas de milho a 90 dólares a tonelada. Quatro meses após, a Mar Rich na entrega do milho cobrou, a título de juros, mais de 100 mil toneladas. Entregamos portanto, 700 mil toneladas no valor de 54 milhões de dólares.

Em junho, o Ministério da Agricultura autorizou a importação de 700 mil toneladas de milho, no valor de 180 dólares a tonelada, totalizando 126 milhões de dólares.

Em apenas 4 meses, através desta negociata, o País foi lesado em 72 milhões de dólares.

Esta denúncia foi entregue pelo deputado Valmor Giavari na à CPI da dívida externa, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Mas a quem interessaria negócios tão espúrios?

Sem dúvida, esta negociata só pode beneficiar aos grandes grupos econômicos que especulam no mercado internacional e, evidentemente aos responsáveis pela CFP e pelo Governo Federal envolvidos nesta tramóia.

E qual é a justificativa do Governo?

Amaury Stáble, Ministro da Agricultura, declarou que o Governo optou pela importação, em vez de sustar a remessa dos embarques ao exterior, para não cair no descrédito internacional.

Este argumento é falso. O próprio Governo já adotou procedimento diferente em casos semelhantes ocorridos com outros produtos. Mas é coerente, pois esta argumentação só vem confirmar que realmente a grande preocupação do regime militar é o mercado externo, em prejuízo da nossa economia interna.

E esta política está levando os suinocultores, avicultores e pecuaristas de leite do nosso Estado a completa falência. O abate de matrizes de suínos chegou a 10 %, quando o normal é de 3%. No início do ano tínhamos 5 milhões de cabeças, hoje são 4 milhões, reduzindo o rebanho em 20%. A avicultura, sofrendo o mesmo processo de deterioração apresentará uma redução de 30% em sua produção. Isto porque o milho encontra-se com oferta escassa aos produtores e o preço a nível insuportável.

Sabemos que este problema não tem sua origem na produção de milho em nosso Estado. O Paraná produziu 500 mil toneladas de milho acima de seu consumo interno.

Mas, consegue-se o impossível. O Paraná, primeiro produtor nacional de milho, hoje apresenta escassez do produto.

O responsável por esta anomalia, parece até ironia, é justamente a companhia responsável pela formação de estoques e moderação dos preços, a CFP, vinculada ao Ministério da Agricultura. Através de uma política irresponsável a companhia exportou e exporta para outros Estados e para o exterior parte excessiva de nossa produção. Coloca o milho a venda na Bolsa de Mercadorias, isto é, aos comerciantes comuns, que adquirem o produto e levam para outros Estados para revendê-los a preços exorbitantes. Desviando completamente de seus objetivos a CFP se tornou a principal atravessadora e especuladora do mercado do milho.

Só depois de muita pressão das Associações dos suinocultores e avicultores, o Governo recuou e decidiu realizar leilão especial para estes dois setores. Mas o preço neste leilão chegou ao absurdo Cr\$ 8.550,00 a saca, o que não resolverá de modo algum o problema, principalmente dos pequenos criadores.

Exigimos que a CFP cumpra realmente sua função, acione mecanismos para coibir a especulação no mercado do milho, e que sejam realmente apuradas e punidos os responsáveis pelas negociatas realizadas com a exportação e importação do milho."

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Senhor presidente e senhores deputados.

O que nos traz à tribuna, nesta tarde, é um fato lamentável que aconteceu nesta madrugada na cidade de Marechal Cândido Rondon. As informações ainda não são precisas, mas tenho certeza que o que aconteceu naquela cidade vai ter muita repercussão no Paraná e no Brasil. Foi, infelizmente, dinamitada uma emissora naquela cidade, fato muito grave esse, que nos preocupa sobremaneira já que a cidade de Rondon tem-se orgulhado de tudo o que tem. Marechal Rondon possui duas emissoras: infelizmente, uma das emissoras, a mais potente, a mais antiga, a Rádio Difusora sofreu um atentado; seus transmissores importados, dos melhores transmissores que existem no País, infelizmente, não existem mais. E nós, como representantes daquela comunidade lamentamos profundamente o acontecido e pedimos aqui, através desta tribuna e de todas as formas, que seja apurada a autoria daquele atentado. Solicitamos ao Secretário da Justiça do Paraná, ao Secretário de Segurança Pública, ao Ministro da Justiça que tomem as providências, porque um fato dessa natureza, realmente, é muito grave. Associo-me à comuni-



dade de Marechal Rondon e quero dizer ao seu Diretor Presidente, Hélio Winter, que nós estamos solidários com a comunidade, pelo fato acontecido, e queremos dizer que estaremos ao lado dos proprietários daquela emissora para apurar, realmente, os responsáveis pelo atentado.

Um outro fato que nos traz a esta Tribuna é dizer do nosso contentamento de que, no domingo próximo passado, o PDS de Marechal Rondon realizou sua convenção que tinha sido proibida de acordo com a resolução da Diretoria Nacional já que tinham sido prorrogados todos os mandatos dos dirigentes do PDS. E Marechal Rondon, toda a Diretoria, todos os membros do Diretório do PDS renunciaram, todos os seus 30 membros; diante disso, evidentemente, teve que sair uma nova convenção. E Marechal Rondon, domingo, com muita chuva, realizou sua convenção; participaram dessa convenção 648 convencionais, estiveram presentes abaixo de chuva participando e, principalmente, votando numa chapa única - esse é um dado importante - foi eleita e ontem saiu a eleição da nova diretoria. Gostaríamos de fazer este registro, mostrar que o Município de Marechal Rondon, como o resto do Paraná e no Brasil, o povo gosta de eleição. E nós esperamos que a demonstração que os eleitores do PDS deram, votando numa chapa única do domingo próximo passado, que isso sirva de exemplo e que seja motivo para que o Governo Federal entenda, aproveitando esse episódio, e realize eleições diretas naquele Município que é área de segurança nacional.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Ezequias Losso.

SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Há um povo que vive a fé cristã com notável desenvoltura, visível no comportamento individual e comunitário.

Refiro-me aos integrantes da Igreja do Evangelho Quadrangular, chamados carinhosamente de CRUZADAS por ser a "Cruzada Nacional de Evangelização" o departamento evangélico da mencionada organização religiosa, fundada em 1922 pela Missionária Ainee Semple Mc Pherson, na cidade estadunidense de Los Angeles. No Brasil são hoje mais de 450.000, que se reúnem em aproximadamente 3500 igrejas e obras lideradas por 4.300 pastores e obreiros, embora as atividades denominacionais tenham sido iniciadas há apenas 32 anos, pelo Missionário Haroldo Wilians, na cidade de São João da Boa Vista, no vizinho Estado de São Paulo.

Também no Paraná, desde 1955, a igreja do Evangelho Quadrangular, destemidamente, por palavras e ações, anuncia os quatro característicos pontos doutrinários: Cristo salva, Cristo cura, Cristo batiza com o Espírito Santo e Cristo voltará.

Milhares de paranaenses, outrora desiludidos pelas soluções meramente humanas, experimentam completa transformação em suas vidas, pela aceitação da eficaz e sempre atual mensagem pregada em 350 igrejas e obras da denominação em Nosso Estado. Muito destes "nascidos de novo" compõem o vigoroso corpo de 520 pastores, aspirantes ao Ministério e Obreiros Licenciados da vibrante instituição que, dos dias 13 a 15 últimos marcaram presença na 7ª Convenção Estadual da mesma levada a efeito na sede própria de retiros e reuniões especiais situada na Borda do Campo, Município de Quatro Barras - com o sugestivo tema geral "Fidelidade e perseverança...tem cuidado. I Timóteo 4:13".

O conclave trouxe o Presidente do Conselho Nacional dos Diretores da expressiva igreja, o consagrado e renomado Reverendo George Faulkner e o Secretário Executivo, o dinâmico Reverendo Dr. Jaime Paliarin que, juntamente com outros eminentes teólogos locais, trouxeram excelentes oportunas mensagens de reavivamento aos participantes. Outrossim muitas foram as alvissareiras notícias demonstrativas do progresso de traba-

lho evangélico e de atendimento ao povo, registrados em todo o território paranaense.

Na reunião de encerramento, houve a apresentação de 74 novos Obreiros Licenciados e 17 novos aspirantes ao Ministério que vieram enriquecer, consideravelmente, a força eclesial representada pelos anunciadores do Evangelho.

Cabe ressaltar a magnífica atuação do Superintendente da Região de Curitiba, Reverendo Eduardo Zdrojewski e dos Pastores e Obreiros componentes de sua equipe, que foi fundamental para o êxito do encontro. Este desempenho, alias, tem sido notório em inúmeras outras ocasiões, demonstrando a respeitável capacidade empreendedora da nossa gente.

Finalizando este pronunciamento, faço votos de que a Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização prossiga, vitoriosamente, no seu mister de, falando de Cristo, levar alívio aos sofredores, consolo aos aflitos, amor aos carentes e esperanças de vida eterna a tantos que, apesar de viverem na era das grandes descobertas, sentem-se vazios ou perdidos quando se põem a refletir sobre aspectos espirituais."

Era só, senhor presidente.

SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) - Antes de passar a palavra, ao orador seguinte, inscrito no pequeno Expediente, esta Mesa tem satisfação de registrar a presença do vereador Pedro Manzoni, presidente da Câmara Municipal de Icaraima. E passamos a palavra, no Pequeno Expediente, ao senhor deputado Paulo Furiatti.

SR. PAULO FURIATTI - Senhor presidente, senhores deputados.

Semana passada, estivemos aqui, nesta tribuna, para denunciar à Comissão de Financiamento da Produção, como especuladora de produtos agrícolas. E, lembro muito bem que, naquele dia, o deputado Tércio Albuquerque fez um aparte, e veio colocar algumas ponderações em defesa da CFP.

E, lembro também, que havia dito ao nobre deputado que analisasse com calma, que fizesse uma reflexão tranqüila e que fizesse um histórico daquele depoimento, para que se chegasse até a verdade dos fatos, à verdade dos acontecimentos.

Muito bem, deputado Tércio Albuquerque, hoje, temos condições; não mais que 7 dias depois de fazermos o pronunciamento e, sabedores que somos, da sua integridade, da sua honestidade e também da sua inteligência, sabemos que Vossa Excelência há de concordar que, os fatos, a verdade dos fatos vem, hoje, a comprovar a perniciosidade da CFP para com a nossa agricultura.

Estampa o jornal "O ESTADO DO PARANÁ", hoje com manchete, que, no leilão dirigido, milho caro, e pequenos, de fora". Na oportunidade Vossa Excelência falava da questão dos leilões, e nós dizíamos: deputado, os leilões apenas favorecem o aumento do preço do milho para o agricultor, não favorece o nosso pequeno agricultor, não favorece o produtor e, apenas encarece o produto. Temos o fato comprovado ontem quando a maioria dos pequenos e médios suinocultores e avicultores se recusou a comprar as 11.000 toneladas de milho postas à venda ontem, em leilão direcionado, e, ambos os setores os quais consideravam o preço médio da comercialização, na Bolsa de Mercadorias, a Cr\$8.740,00 a saca de 60Kg, como exorbitante e extorsivo. CFP, que comprou o milho do nosso agricultor a Cr\$1.970,00 cruzeiros, e tenta repassar novamente, a praticamente Cr\$9.000,00, numa demonstração cabal do seu papel como atravessador no mercado.

A máscara cai, da CFP do Paraná, em que, fisiologicamente, fantasiosamente se tenta colocar que estaria resolvendo os problemas do nosso suinocultor, e do nosso avicultor, mas a prática demonstrou, com extrema confusão gerada ontem no leilão. Por que? Porque o milho, de Cr\$1.970,00 chegou até Cr\$9.000,00. Quem comprou? Apenas alguns grandes produ-



tores ou outros, que comercializam rações e empresas de grande porte mantêm os avicultores e os agricultores, sob sua mira.

Portanto, fica aqui o depoimento da comprovação da verdade, em que, a comprovação, ontem, demonstrou claramente que a CFP vem fazendo papel inverso, para o setor produtivo.

A máscara caiu, e a verdade aconteceu!

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Augusto Carneiro). Concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor presidente, senhores deputados.

No ano passado -1982- quando nós, em campanha eleitoral andávamos pela nossa região, essencialmente voltada para a agropecuária tínhamos uma frase que gostávamos muito de usar, que dizia: "Ou vai, ou racha, ou nós vamos arrebentar com a tampa da caixa".

Depois dos últimos acontecimentos, dos 3, 4 últimos meses que temos acompanhando de perto essa situação, e hoje, dois outros deputados da nossa bancada já abordaram o assunto, e nós, pela quarta vez, ocupamos esta tribuna para dizer a respeito do comportamento da CFP - Comissão de Financiamento da Produção e da sua discriminação para com o Estado do Paraná, acredito que se torna oportuno novamente nós dizermos a frase: "Ou vai ou racha, ou nós vamos ter que arrebentar com a tampa da caixa!"

Dizemos isto, senhor presidente, senhores deputados, porque mais uma vez, e disse bem, o colega Paulo Furiatti, disse bem, o companheiro Sabino, nesta tarde, a CFP, através de um leilão dirigido, não atende e não cumpre aquilo que havia convenicionado com os avicultores e com os suínocultores, à semana passada.

Vejam bem senhores, que os preços praticados ontem, no leilão, são exorbitantes. Os suínocultores, principalmente, estão a sacrificar as suas matrizes, os avicultores a fechar suas granjas, e nós sabemos, de fato, o que poderá acontecer nos próximos dias, com esse setor da agro-pecuária, com este setor da pecuária tão importante e tão necessário para o desenvolvimento do nosso Estado.

Os preços, hoje recebidos, pelos nossos agricultores, pelos nossos suínocultores, não cobrem sequer os seus custos de produção, principalmente agora pelos altos preços que se praticam pelo milho.

E lembrava o colega Furiatti, que esse milho foi adquirido pela CFP através do sistema de AGF - aquisição do governo Federal, a mil e novecentos e poucos cruzeiros. A CFP, tem por finalidade, regular o mercado, está, agora, praticando uma grande boicotagem nesse mercado; está funcionando como um grande especulador do mercado de produtos agro-pecuários. Nós só temos que lamentar, lamentar e lamentar. Porque, à frente da CFP encontra-se uma pessoa conhecida por todos nós, o ex-Secretário Eugênio Stefanello que, por obrigação até, com os paranaenses, dos quais ele conduziu a política agro-pecuária, tinha até por obrigação procurar dar um tratamento diferenciado, mas, em qualidade e atenção, superior àquele que vem prestando.

Não entendemos, realmente não entendemos, o comportamento da CFP. Já fizemos, inclusive, um expediente reivindicando com a CFP importe milho para o suprimento necessário aos suínocultores e aos avicultores do Paraná.

Entendemos que a CFP, com o dinheiro que está arrecadando com a especulação que elea mesma está fazendo no mercado, deva subsidiar esse milho que vai importar, porque não é justo a CFP tomar o milho do agricultor, no início deste ano, a dois mil cruzeiros, e depois vir querer vender a esse mesmo agricultor, milho importado a mais de Cr\$9.000,00.

Entendemos ser necessário essa importação, e que a CFP,

com os lucros de sua especulação, subsidie esse milho, por que, senão, a coisa vai por água abaixo, mesmo, e os suínocultores, os agricultores, avicultores e pecuaristas estarão, mais uma vez, perdidos no Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Pequeno Expediente, passamos a palavra ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Senhor presidente, senhores deputados.

O que nos traz à tribuna é a apresentação de um requerimento, solicitando esclarecimentos ao senhor secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor secretário das Finanças, ERASMO GARANHÃO, solicitando esclarecimentos sobre as versões que circulam no funcionalismo do Banestado e no Sindicato dos Bancários de Curitiba, dando conta de que a Assembleia Geral Extraordinária do Banestado, marcada para o dia 21.09.83, visaria alterar os estatutos sociais de forma a excluir o dispositivo estatutário que garante aos funcionários da casa uma das diretorias.

Confirmada esta versão, estaríamos diante de um retrocesso político. A derrubada de uma conquista de 30 anos do funcionalismo banestadense, representaria a negação na prática da teoria que em novembro de 1982 levamos aos palanques para empolgar o povo paranaense com a tese do governo participativo.

Ademais, temos no Banestado, funcionários tecnicamente qualificados e com credibilidade política para o exercício do cargo de diretor.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1983".

Não poderíamos deixar e esta ignomínia e este atentado aos funcionários do Banestado fosse consumado, tendo chegado ao nosso conhecimento, antecipadamente, a denúncia de que esta Assembleia Extraordinária do Banestado, tem como meta prioritária, derrubar uma conquista do trabalhador funcionário do Banco do Estado do Paraná.

Por isto, alertamos à opinião pública e aos senhores deputados, de que nós não podemos compactuar sob forma alguma e sob pretexto algum, com a perda de conquista de direito de qualquer trabalhador brasileiro. Esse trabalhador já esmagado, já espezinhado pelo governo federal ao bel prazer do FMI.

Nós, deputados, que temos um compromisso popular, não nos poderíamos silenciar, calar, perante um novo atentado que se pretende perpetrar contra funcionários do Banestado. A excluir o direito de garantia de participação na diretoria dos funcionários do Banestado, isto seria, mais um atentado contra a classe trabalhadora que hoje se vê oprimida, ameaçada com a promulgação, com a aprovação do Decreto 2045, um dos outros massacres impostos pelo governo federal ao trabalhador brasileiro em geral.

Das pequenas se tiram as grandes coisas e esta é uma injustiça que se praticará contra os funcionários do Banestado.

Como é uma injustiça que se praticará a todo o trabalhador brasileiro, a aprovação do 2024 e do 2045. Por isto o nosso alerta, para que esta Assembléia Extraordinária do Banestado não consuma este fato, que vai trazer somente prejuízo aos funcionários do Banestado.

Fica aí o alerta.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Encerrado o horário do Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado José Antônio Fonseca. (

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“Rebatendo do ponto de vista político, a erudição governamental, temos de observar que “política salarial”, embora constitua cátedra em tese, é um raciocínio escolástico destituído de figura substancial como ponto de fusão entre a POLÍTICA e a ECONOMIA, porquanto os salários são expressões automáticas da ATIVIDADE ECONÔMICA ORGANIZADA. Não serve pois, para conceituar um campo político, nem mesmo como sub-tese, porque salário e lucro são números finais da Conta-Capital, a qual deve ser produzida pela POLÍTICA ECONÔMICA. Logo, o denominador comum da POLÍTICA e da ECONOMIA, é a JUSTIÇA SOCIAL, onde o capital deve ser o meio e não o fim: onde o homem deve ser o objeto e não o instrumento; onde a empresa deve ser o instrumental, e o progresso social resultante do capital e trabalho, deve ser a realização.

Todavia, como esse título, o governo palestrou através do ministro do Trabalho, em 29 de janeiro de 1982, perante a VII Conferência de Ministros do Trabalho, em São Domingos, afirmando perante a Organização dos Estados Americanos que:

“Inúmeras medidas são necessárias para humanizar o tratamento que dispensamos ao trabalhador. Uma delas é a caminhada em direção ao salário justo. O salário justo é aquele que remunera condignamente o trabalhador; trata-o com respeito; permite sua participação crescente na riqueza que ele ajuda a gerar. Aqui surge a superior necessidade de encontrarmos mecanismos que permitam harmonizar o trabalho com o capital para promover a expansão das forças produtivas do País. Conseqüentemente, trabalhadores e empresários devem se articular do modo que mais lhes convenha e a nós do governo compete facilitar esta articulação. Por isso, a participação dos trabalhadores na melhoria de produtividade das empresas só pode ser adequadamente alcançada quando empregados e empregadores acompanham a evolução dos negócios e das próprias firmas. Isso interessa às duas partes. Só assim elas poderão periodicamente sentar-se à mesa de negociações e ali estabelecer a parcela de ganhos que melhor atenda a seus interesses. Esse é o estágio mais avançado de um sindicalismo amadurecido e bem preparado. O Brasil precisa de um sindicato forte e capaz de efetivamente assegurar a participação dos trabalhadores na riqueza nacional assim como de lutar pela melhoria das condições de trabalho. Um sindicalismo atuante é peça-chave

da democracia.”

Entretanto, senhor presidente, senhores deputados, depois de assim ter afirmado lá fora, esse mesmo governo opera aqui dentro, um achatamento salarial tão desumano que os próprios patrões se levantam a favor dos assalariados, pedindo, por suas organizações de classe e por seus mandatários no Congresso Nacional, a rejeição dos projetos governamentais que ali estão estabelecendo esse achatamento, o qual já é suficientemente defazado pela inflação do cruzeiro e pela deflação do dólar que sustentam o capital estrangeiro em operação contra o trabalho, aqui. Depois de ter afirmado lá fora, que “o Brasil precisa de um sindicato forte e capaz de efetivamente assegurar a participação dos trabalhadores na riqueza nacional, assim como de lutar pela melhoria das condições de trabalho, porque um sindicalismo atuante é peça-chave da democracia”, esse mesmo governo prende aqui dentro, dirigentes sindicais; processa-os como violadores da segurança nacional; dissolve diretorias sindicais investindo contra os sindicatos e dispersando os trabalhadores. Então, aqui está mais uma razão pelas quais o FMI interviu em nossa soberania interna, afrontando o DIREITO DE LIVRE DETERMINAÇÃO DOS POVOS, observado no relacionamento político do mundo. Pois, da mesma maneira como os administradores financeiros eram enganados com os balanços frios da Seplan, a comunidade mundial era enganada sobre o tratamento que o governo dava aos brasileiros aqui dentro; externando lá fora, preocupações reais de desenvolvimento, quando aqui, impunha campos de concentrações dentro da selva amazônica para confinar os agricultores, e a escravidão para os trabalhadores, acorrentando-os por um processo econômico perverso, e pela dispersão de seus sindicatos.

De cuja intervenção, a HISTÓRIA concluirá que sobre essa “POLONETA” jogada sobre a FARDA DE CAXIAS, os protetores desses efeitos travessos, querem jogar agora, por mãos de arbitradores econômicos do FMI, o manto da escravidão nacional, que pretendem seja formado do suor dos trabalhadores brasileiros. Porque esse sacrifício é a dose de humildade que os poupadores lá de fora exigem agora POR TANTAS MENTIRAS DE QUE FORAM VÍTIMAS. Pois, pelas afirmações do ministro do Trabalho perante o mundo, o Brasil tinha uma economia sobre bases sólidas, vez que já questionava em termos de desenvolvimento social, até uma “política salarial” para entregar à inteira solução da economia privada, a equação de capital e trabalho: pois, acreditando nessas mentiras, os poupadores lá de fora emprestaram o seu dinheiro, que hoje entendem, ter sido para nós.

Por isso, a desintegração desse processo revolucionário nos impõe um exercício reparatório que deve começar em casa. Temos pois, de primeiro PEDIR CADEIA para esses que espoliando o poder de governo, traem impiedosamente a Nação, para depois, expulsarmos de nossas atividades de governo, aqueles lá de fora que, julgando-se investidos de direitos pelas mentiras de que foram vítimas, intervêm em nossa vida para sugarem o suor e o sangue dos nossos trabalhadores, querendo envergonhar-se ainda mais, como quem diz: bebamos o suor dos seus trabalhadores, porque a covardia DOS QUE GOVERNAM LHES ENXUGOU O SANGUE QUE TERIAM PARA DAR PELA SUA PÁTRIA, AFOGADOS, ORA PELA IGNORÂNCIA PROTECIONISTA, ORA PELA GANÂNCIA E PELA DEPRAVAÇÃO.

Ora, se a vida não é aquilo que dela se espera, mas sim, é a existência que dela se faz, então, o desenvolvimento de um povo obedece a uma escalada histórica que deve mostrar um

esforço cultural ascendente. E cultura é uma caminhada racional para a frente. Isto é, quando se estabeleceu uma lei que satisfizesse o campo existencial de sua abrangência, ela só deve ser superada por outra lei que acrescentasse mais satisfações a esse campo; isto é, que some novas conquistas da respectiva parcela social. Porque então, se está caminhando para a frente. E quando se caminha num mesmo rumo, a gente mostra que é dono do próprio destino.

Entretanto, os projetos governamentais que estão à avaliação do Congresso Nacional, sobre a "política salarial", é um retrocesso. Isto é, depois de a classe trabalhadora ter alcançado do governo um amparo legal que satisfizesse razoavelmente as suas necessidades de sobrevivência como força de produção, vêm arbitradores econômicos do FMI e impõem sobre os trabalhadores, toda a responsabilidade das mentiras que os decantavam perante o mundo, e cujas fortaleciam a confiança dos investidores nesse governo, com o qual nem os trabalhadores e nem a Nação brasileira tiveram nada em comum. Porque a conduta deste governo sempre correspondeu à sua ilegitimidade funcional: sendo sempre arbitrária e secreta. Por isso, esses arbitradores não têm causa legítima para essa quota de humildade que nos exigem. E têm de ser repelidos da mesma forma que o sujeito despertado em sua ganância, pelo vigarista, compra o bilhete falso, pensando que está se aproveitando da situação, porque nesse ato, o dolo configurador do estelionato foi recíproco, excluindo a figura da vítima. Assim, se emprestaram dinheiro, conhecendo da ilegitimidade funcional de um governo revolucionário que a Nação repeliu até a anistia para todos os seus cidadãos e continua repelindo, e baseados em mentiras que referiam a classe trabalhadora como componente de uma economia estável, não podem impor condição de tolerância sobre ninguém, porque certamente, e o escândalo da "POLONETA" mostra, que os estímulos que lhes moveram aos empréstimos, foram "comissões por fora" e os lucros oferecidos, e não a economia financiada, que em tal contexto, serviu como mero trampolim.

Por conseguinte, à luz de fatos incontestáveis, o povo brasileiro foi acometido num espaço de tempo muito curto, de uma catástrofe geral, desabada sobre nós em três frentes e com o vigor de uma peste dissimuladora. Na primeira, a ira da Natureza, respondendo à ganância de água, que cercou rios e formou mares onde ela tinha nos dado terras férteis para produzir alimentos, desabou o dilúvio do Sul, a cujo socorro aos irmãos flagelados, a Nação correu contribuindo com o pouco de cada um, à disposição dos recursos comuns. Na segunda, nem refeitos da primeira, a Natureza, respondendo à fome de fogo atômico montado em Angra dos Reis, cujos custos para o povo brasileiro, já foram denunciados nos negócios com o "Leste Europeu", com a seca do Nordeste, onde os nossos irmãos já não têm mais nem rato para comer; e estão nessa situação, porque este governo os manteve como REDUTO ELEITORAL, qual "plebe" na degeneração do Império Romano que era sustentada para votar no sistema. Com esse propósito, este governo lhes dava esmolas, ao invés de atender às necessidades da Região, com as melhorias geológicas que o valor investido no mar de ITAIPU resolveria plenamente.

Na terceira frente, que seria a da SOLIDARIEDADE DO GOVERNO, eis que aparece sinistra, orgulhosa de sua depravação, superior em sua inteligência diabólica, a "BESTA APOCALÍPTICA", devorando a classe trabalhadora, com cujos frutos de trabalho, conseguimos nos socorrer mutuamente. Querendo que o Congresso Nacional se faça cúmplice dessa

bestialidade, aprovando esse decreto que, junto com a inflação, se encarregarão de acabar com os trabalhadores. Por certo os "senhores do poder" já têm um grande projeto secreto de substituição da mão-de-obra humana, pelo trabalho de robôs importados, concretizando mais alguns dos "maiores negócios do século" como foi Angra dos Reis. Pois, como na agricultura, a "Besta Apocalíptica", "enchendo a panela do povo" de vento, devorou os trabalhadores rurais responsáveis pela produção de mais de 60 por cento de nossa alimentação, pelo "modelo agrário" que atendeu o mercado exportador, porque a preocupação deste governo é só com os NEGÓCIOS INTERNACIONAIS, quer também, dizimar os salários para atender aos interesses do FMI; uma entidade que tem no capital dos povos ricos, e na razão do imperialismo, a sua justiça e atuação. Certamente que o senhor Delfim Netto, à semelhança do senhor Mário Henrique Simonsen que ao deixar o Ministério do Planejamento foi gerir um banco estrangeiro com o qual o Brasil tinha um considerável volume de negócios, também irá compor esse tribunal econômico do FMI.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, cumpre a nós mandatários populares, a tarefa corajosa de liderarmos a solidariedade humana nacional em meio a tantos flagelos, e tomarmos a peito, o flagelo dos assalariados, COMO UMA QUESTÃO DE HONRA. Porque se não o fizermos, o sacrifício da classe trabalhadora, exigido pelo FMI, será o próprio flagelo final do País. Pois não há outra forma de se sustentar uma economia endividada em recessão, senão pelo fortalecimento de sua força de produção que tem nos salários a sua base de sustentação. Logo, se o que querem é a dizimação dos salários, evidencia-se a preocupação de nos entregarem de uma vez ao gerenciamento dos interesses internacionais, onde passaríamos a ser uma "suíça invertida".

Aliás, essa preocupação de exterminar com os pobres, é denunciada pelo próprio ministro do Trabalho quando esclarece que:

"as evidências sobre a apropriação da renda do trabalho mostram que de 1960 até 1980, os 60 por cento mais pobres apresentaram uma diminuição de participação com 23,41 por cento em 1960 e 20,97 por cento em 1970 e 19,66 por cento em 1980. Já o grupo mais rico, ou seja, os 10 por cento mais ricos aumentaram a sua participação ao longo destas duas décadas com 12,95 por cento em 1960 e 14,67 por cento em 1970 e 15,08 por cento em 1980. Havendo uma diminuição na Renda Nacional dos 60 por cento que subiram para 75 por cento mais pobres nestas duas décadas.

Donde se conclui que este governo pensa capitalizar este País, exterminando com os pobres, através de um processo econômico que dê a aparência de que eles foram liquidados naturalmente pela sua própria incapacidade de competir nessa guerra armada pela sobrevivência. Aliás, mais de uma vez tem dito o General Figueiredo que o aumento demográfico é o responsável pelo nosso subdesenvolvimento. Como se o infanticídio praticado pelo Faraó do Egito contra o proletariado judeu, sob o mesmo fundamento de ajuste humano aos ideais políticos do Estado, fosse uma solução para nós. E como se o Brasil não possuísse duzentos e oitenta milhões de hectares de terras agricultáveis a espera tão somente de uma reforma agrária correta, para suprir o mundo de alimento e acolher comodamente toda a nossa força de trabalho, a qual se renova pela expansão demográfica.

Lógico que, como senhor plenipotenciário de todas as decisões nacionais, e mestre em makartismo e maquiavelismos, o governo não precisará atirar nos rios as nossas crianças. Apenas acelerou um processo inflacionário catastrófico sobre os elementos básicos da existência, que são: HABITAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, SAÚDE e EDUCAÇÃO e isso nos liquidará. Pois, a "prestação da casa própria" deixa automaticamente o brasileiro sem condição de ter uma habitação; o preço dos alimentos, sempre ascendente, ultrapassa todo e qualquer esforço de superação e a solução é ir diminuindo o suprimento da mesa; o preço dos medicamentos, bem como os custos da previdência descontados dos salários sem propiciarem retornos correspondentes em qualidade e quantidade de atendimento de saúde, deixa os brasileiros, sem condições orgânicas de existência; e, da mesma forma, o preço da educação priva os brasileiros de romperem os grilhões do subdesenvolvimento. Logo, o achatamento salarial que o governo pretende, só pode ter justificação num sadismo tão grande que não quer transferir para o curso do tempo esse extermínio do povo brasileiro que constitui 90 por cento de gente pobre; pretendendo agravar os fatores de extermínio, pelo esvaziamento salarial.

Então, fugir ou morrer ou sair para a luta, é a solução. E, SAIR PARA A LUTA É O QUE RESULTA COMO MAIS PROVÁVEL, À EVIDÊNCIA DE PRECEDENTES HISTÓRICOS. Aliás, um desfecho revolucionário no Brasil, parece ser o que mais interessa ao imperialismo que tem em nós, um dos melhores mercados de consumo e de suprimento de riquezas, onde incluem a mão-de-obra mais barata do mundo. Pois que, a ditadura foi um projeto que se tornou muito caro, e passou a ser desativado a partir do governo Carter. E aqui no Brasil ainda promoveu uma corrida armamentista não prevista em 1964, e pela qual, a tutela militar não quer se retirar do governo.

Sobre tal evidência, é o próprio ministro do Trabalho que apela por socorro político, em seu pronunciamento de 3 de agosto de 1983, na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, dizendo que:

"No balanço geral, o emprego que ganhamos em quase duas décadas perdemos nos últimos 3 anos. E nossa força de trabalho continua crescendo à base de 3 por cento ao ano, o que nos coloca, sem dúvida, diante de uma poderosa bomba-relógio. Além do imenso custo econômico do desemprego, enfrenta-se com ele, claro risco político. Aliás, os primeiros sinais de intranquilidade social e violenta vêm se fazendo cada vez mais presentes, não só no cenário urbano, mas também, no mundo rural. Intranquilidade e violência têm também os seus próprios custos e, infelizmente, nenhum benefício. O custo do desemprego chega a quase 12 trilhões de cruzeiros por ano, ou seja, mais de 27 bilhões de dólares por ano. Isso é o que se perde pelo fato de termos 3 milhões de desempregados. E esse prejuízo vai muito além do mero salário que eles deixam de ganhar.

O seu desemprego tem reflexos para o consumo dos seus dependentes, de outros trabalhadores o que, por sua vez, afeta o nível de emprego geral da economia. E assim, mesmo para os que admitem ser o desemprego um preço inevitável para a solução de nossos problemas de inflação e endividamento, parece-me pertinente indagar quanto custa essa solução para a sociedade. E, será que podemos nos dar ao luxo de perder quase 30 bilhões de dólares

por ano? Isso é mais do que o total de nossas exportações. É mais do que o serviço da dívida externa. E é o correspondente à nossa dívida interna. É aproximadamente 20% do nosso produto interno bruto. Mais importante, isso daria para criar no mínimo, 6 milhões de bons empregos."

E, considerando-se que esse índice de 3 milhões de desempregados é cálculo abaixo da realidade, tem razão o Ministro do Trabalho ao conceituar o trabalho no Brasil, como uma "bomba-relógio". Porque, o raio de deflagração de revolta social espalhado por esse índice, é na denuncia do próprio Ministro, da ordem de 9 milhões de pessoas, considerando-se que há no mínimo 3 pessoas atingidas para cada desempregado. E então, pergunta-se, achatar os salários, é uma solução? Ora, se já temos o desemprego para suportar, com que recursos haveremos de equilibrar essa perda de 30 bilhões de dólares, e de socorrer esses 9 milhões de brasileiros senão através de uma tomada de posição do Governo que garanta pelo menos a subsistência dos padrões salariais existentes? Ou, a diminuição dos salários, sob o fundamento, "ad argumentandum", de garantir estabilidade de emprego ou de proporcionar cobertura empresarial à expansão demográfica, não gera o SUB-EMPREGO, que equivale ao aumento da taxa de desemprego, pela diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores, e por extensão, das famílias? Pergunto pois, o que tem feito o Conselho Nacional de Política de Emprego, criado pelo Decreto 79.620, de 28 de abril de 1977, integrante do Ministério do trabalho, para amparar a classe trabalhadora do Brasil, como colegiado de governo? Parece ser mais um cabide de empregos governamentais, para justificar a despesa do orçamento de 1982, para o Ministério do Trabalho.

Por conseguinte, urge que tomemos posição corajosa liderando as causas sociais brasileiras, que já extrapolam da ebulição de idéias provocadas por uma crise econômica, para as preocupações de segurança interna do País. Pois a evolução dos desacertos de Governo, segue a prescrição histórica de que: "OS REGIMES DE EXECEÇÃO NÃO SE ACABAM, SE SUICIDAM". E, pelos apelos que já nos vêm dos foros íntimos do Governo, como esses transcritos de pronunciamento do Ministro do Trabalho, como a exoneração do Presidente do Banco Central; como o confronto público e direto entre o General Adyr Fiúza de Castro, ex-chefe do serviço de informações do Exército e o Ministro Delfin Netto, e tantos outros, concluiu-se que a "redentora de 64" está se fragmentando, comprovando mais uma lição da História, de que OS REGIMES DE FORÇA AO ATINGIREM O CLÍMAX DO ARBITRÁRIO, GERAM NAS CÚPULAS, A DESINTEGRAÇÃO DAS FORÇAS QUE O AMPARAM, E NAS BASES, O AVANÇO DA CONSCIÊNCIA NACIONAL; GERANDO NOS CENTROS DAS DECISÕES POLÍTICAS, O NOVO RUMO QUE SE HAVERÁ DE IMPOR.

E a causa social mais urgente dentro da gama de acontecimentos que emergem da consciência nacional, é inegavelmente, a defesa dos nossos padrões salariais já conquistados, contra a aprovação dos Decretos Leis 2045 e 2024 que estão a apreciação e decisão do Congresso Nacional. E esta defesa impõem a nossa ação de retaguarda a essa Corte Legislativa Máxima, como mandatários populares do povo paranaense, perante o exercício do Governo, até onde possa alcançar a nossa competência parlamentar."

O Sr. Paulo César Furiatti -Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Nobre deputado, quero parabenizá-lo por esta posição corajosa frente à uma imposição do Executivo mas, que não tenho dúvidas, o Legislativo saberá

rechaçar. Posição esta que traz, a este Parlamento, hoje presenciada pelos legítimos líderes sindicais da Federação dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários, Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação, Federação dos Trabalhadores da Indústria e da Construção, dos Trabalhadores das Indústrias, dos Trabalhadores na Agricultura e dos empregados em estabelecimentos de serviço de saúde do Estado do Paraná, que inclusive assinam um documento que reflete a posição dos trabalhadores desta Pátria.

Parabenizo Vossa Excelência e tenho a absoluta certeza que acredito no patriotismo dos brasileiros que estão no Congresso Nacional e que irao rechaçar esta imposição do FMI para os trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA — Muito obrigado pelo aparte. Não poderia esperar outra atitude de Vossa Excelência que não esta.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, requerendo desta tribuna, após consultado o Plenário, para que conheçam da posição que tomam neste ato os mandatários do povo paranaense, da esfera estadual, pela manutenção do nosso atual sistema de padrões salariais, com a rejeição "sub censura" dos Decretos-Leis 2045 e 2024 que, inclusive há um requerimento sobre a mesa e do qual nós, desta tribuna, fazemos o apelo para que os colegas Deputados do PDS juntamente com a Bancada do PMDB o façam aprovar e mostrar a posição incontestada desta Assembléia

Eu lhe dou o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me dá de inserir-me no brilhante pronunciamento que está fazendo na tarde de hoje, e afirmar a Vossa Excelência, não posso fazê-lo em nome da bancada, isso compete ao Líder e Vice-Líderes, mas em meu nome, quero afirmar a Vossa Excelência que votarei favoravelmente não só ao requerimento de Vossa Excelência, mas à todas as proposições que visem protestar contra a política trabalhista do Governo Federal.

Ainda há poucos instantes eu dava uma entrevista à Rádio Estadual e me situava naquela ala dissidente do PDS, não com a doutrina do meu Partido, mas com a nefasta política econômica do Governo Federal; estou inteiramente de acordo com Vossa Excelência e não é possível o trabalhador arcar sozinho com promessas que o Sr. Delfim Netto fez ao Fundo Monetário Internacional. Eu acho que se o Governo reduzir o déficit público não precisa pedir o sacrifício do País, digo, sacrifício tamanho à Nação; e se isso for ainda necessário, que ela seja proporcionalmente dividido a todos os brasileiros, principalmente aqueles de renda elevada. Vossa Excelência, foi brilhante, muito feliz no pronunciamento, leva, meu nome, o repúdio da Bancada do PDS a essa política econômica e trabalhista do Governo Federal. E vê Vossa Excelência que não sou apenas eu, mas o próprio Ministro do Trabalho Murilo Macedo insurgiu-se contra esse verdadeiro crime que se pretende cometer contra o já sofrido trabalhador brasileiro.

Meus parabéns a Vossa Excelência, e conte com o apoio dos homens de bem do PDS, para essa luta que Vossa Excelência, brilhantemente, levantou na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. JOSE ANTONIO FONSECA — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Fonseca, pedi esse aparte para dizer que como Deputado da Bancada do PDS, estou solidário com o pronunciamento de Vossa Excelência e, conseqüentemente, contra as últimas medidas que o Governo Federal tem tomado, pois são negativas e desastrosas para a classe trabalhadora. Com referência ao Ministro Delfim Netto, a Bancada do PDS, já por uma determinada ocasião, votou aqui, por indicação de membros da

própria bancada, um voto de "personanougrata" embora ele, figurativamente, seja um homem do meu partido. Mas os homens de sã consciência, do PDS, não podem aprovar todas as medidas que são negativas e desastrosas, principalmente, para a já tão sofrida classe trabalhadora. Por isso eu acredito — também não posso falar em nome, oficialmente, da minha bancada — mas acredito que todos os deputados que pertencem ao meu partido, aqui, da Assembléia Legislativa do Paraná, eu não vi nenhum dizer que aprova esse Decreto 2045; como não vi nenhum dizer que está favorável para com as medidas negativas que o Governo Federal tem tomado ultimamente. Por isso, me parabenizo com Vossa Excelência. Estou de acordo com a tese levantada e agradeço o aparte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Presidência informa a Vossa Excelência que o tempo está esgotado e consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário. Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Mais uma vez se comprova que alguma coisa tem mudado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Trabalhadores representantes de Sindicatos e Federações somam-se nesta tarde, ao protesto contra o Decreto 2045.

Sr. Presidente, mais uma vez, o povo está sendo chamado para pagar as despesas de um banquete, para o qual foi convidado. (Lê).

O salário mínimo é definido pela Constituição, como capaz de satisfazer as necessidades normais do trabalhador e da sua família. É uma remuneração do trabalho que possibilitaria a sobrevivência do trabalhador e da sua família em condições dignas de alimentação, saúde e moradia.

Mas, nem sempre foi assim, Sr. Presidente.

Quando o salário mínimo foi regulamentado, pelo Lei n.º 399, de 1938, definiu-se que a parcela correspondente à alimentação, teria um valor mínimo igual ao valor da ração mínima de um trabalhador adulto.

Em 1959, o trabalhador de salário mínimo tinha que trabalhar 65 horas e 05 minutos para adquirir a ração mínima mensal. Em 1981, este mesmo trabalhador teve que trabalhar 149 horas e 40 minutos.

Para se manter nutrido, morar, usar um meio de transporte, etc., o trabalhador de salário mínimo teria que trabalhar 310 horas e 36 minutos, ou 71 horas a mais que a jornada de trabalho que legalmente é de 240 horas.

E para manter a sua família, em condições dignas de sobrevivência, quantas horas teria ele que trabalhar por mês?

Evidentemente não poderia trabalhar 18 ou 20 horas por dia, e o único recurso colocado à disposição de uma família nestas condições, é a incorporação da mulher e dos filhos no mercado de trabalho.

Os filhos menores representam hoje 15 por cento da população economicamente ativa. Apesar disso, os trabalhadores de salário mínimo, como quase todos os assalariados, vivem em condições subumanas.

Um estudo realizado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-econômicos), sobre as alterações no preço da ração alimentar mínima e de outros itens importantes, revelou o seguinte quadro:

Variação dos preços da ração alimentar e de outros itens de consumo

	Março de 1980	Quantas vezes aumentou
	Março de 1982	
Ração essencial	257,2%	3,6
Tarifa de ônibus	361,5%	4,6
Aluguel	173,1%	2,7

Energia Elétrica	272,4%	3,7
Água e esgotos	390,0%	4,9
Botijão de gás	356,4%	3,6

O transporte se tornou um item tão essencial quanto à alimentação, e o trabalhador é obrigado a reduzir os gastos com a alimentação, para pagar a condução. Além disso, o poder público aumenta as tarifas dos serviços públicos, em proporções muito maiores que o salário mínimo.

Tudo isso não teria importância, se o salário mínimo fosse apenas um valor de referência. Mas o censo de 1980 demonstrou que 31 % da força de trabalho do País — ou quase um terço da população economicamente ativa — recebia menos que um salário mínimo por mês e que 71 % desta força de trabalho recebia até três salários mínimos.

Ou seja, Srs. Deputados, segundo os padrões oficiais, mais de 70 % da população, economicamente ativa, está abaixo do limite de pobreza, o que explica, por exemplo, os elevados índices de mortalidade infantil entre as populações mais carentes, também condenados à velhice precoce, por falta de condições mínimas para uma boa nutrição.

Acresce ainda, que a política do Governo Federal após a Revolução de 1964, tem penalizado duramente as classes trabalhadoras.

Em março de 1982, segundo Dieese, o salário mínimo representava apenas 55 por cento do salário mínimo de 1940, em termos de poder aquisitivo real.

A Lei 6.708, que entrou em vigor em 1.º de novembro de 1979, instituiu o regime de reajustes semestrais de salários, e estabeleceu uma relação explícita do salário mínimo, com os reajustes de remuneração de todos os trabalhadores. O nível de reajuste depende de faixas salariais determinadas exatamente pelo salário mínimo.

Esta nova política salarial — que visou esvaziar o poder reivindicatório dos sindicatos e evitar as greves — consagrou uma prática já existente nas maiores empresas e nas regiões mais desenvolvidas onde os salários vinham sendo reajustados duas vezes por ano.

Nos três primeiros reajustes do salário mínimo que se seguiram à Lei 6.708, o Governo respeitou o critério estabelecido para os reajustes da primeira faixa — até três salários mínimos — que é o da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, mais 10 por cento deste mesmo índice.

Em maio de 1981, sem maiores explicações, o salário mínimo passou a ser reajustado pelo INPC simples, sem o adicional de 10 por cento.

Quando o Governo decidiu-se pela “maxi” desvalorização da moeda, em 18 de fevereiro de 1983, às 18 horas de uma sexta-feira, véspera de carnaval, resolveu que:

“De nada adiantaria desvalorizar o cruzeiro em 30 por cento, para estimular as exportações (controladas por empresas multinacionais), se os salários fossem reajustados de acordo com a inflação provocada por ela, pois o alto custo de produção das empresas subiria novamente e os efeitos positivos da “maxi” desvalorização, seriam anulados”. ( ).

(\*) — Adroaldo Moura da Silva, assessor do Ministro Delfim Netto, “Folha de São Paulo”, em 21.03.83.

Ou seja, Sr. Presidente, deveria realizar-se a “maxi” desvalorização para estimular as exportações, mas os salários não devem subir nas mesmas proporções que a inflação fabricada pelo Governo.

Ou mais cruamente: alguém tem que pagar o pato e o único pato disponível, são os assalariados. Desde 1964 a única “política econômica” que o governo conhece é correr atrás do pato e depená-lo, inutilmente, pois as crises econômicas se sucedem e se agravam cada vez mais.

Ao contrário, os rumos seguidos pelo Governo Federal resultaram no empobrecimento do sétimo mercado interno mundial, originando-se aí, a redução da produção industrial e

das vendas do comércio e a criação de um exército de desempregados.

Em 24 de janeiro de 1983, o Presidente João Figueiredo assinou o Decreto-Lei n.º 2.012 alterando o Decreto-Lei n.º 6.708 e dispondo que, até três salários mínimos a correção seria de 100 % do INPS; e de 95 % para os trabalhadores que estão na faixa de três a sete salários mínimos; de 80 % para os que estão entre 8 e 15 salários mínimos; e de 50 % para os que se situam entre 15 e 20 salários mínimos.

Isto significou, Sr. Presidente, que os trabalhadores iniciaram o ano de 1983 com achatamento ainda maior dos salários, recrudescimento da inflação e aumento do desemprego, que hoje afeta mais de seis milhões de brasileiros.

Diante do clamor que se seguiu ao Decreto n.º 2.012, o Governo Federal prometeu liberar 250 bilhões de cruzeiros do Fim Social, para serem aplicados em nove programas de distribuição de alimentos, construção de moradias e escolas, saúde e apoio aos pequenos agricultores.

Segundo o Governo, 40 bilhões de cruzeiros do Fim Social, seriam destinados a um programa de fornecimento de alimentos básicos para gestantes, nutrízes e menores de sete anos, pertencentes a famílias com renda até dois salários mínimos, e na venda, através da rede varejista das periferias, de alimentos a preços reduzidos.

Sem entrar no mérito destes programas de natureza paternalista e demagógica, o fato é que nada disso foi feito, nem sequer iniciado.

Ao contrário, autoritariamente como sempre, o governo decidiu que a alta dos preços dos bens de amplo consumo popular, decorrente da “maxi” desvalorização da moeda, não seria computada nos cálculos do INPC para fins de reajuste salarial.

Num curtíssimo espaço de tempo, enquanto os sindicatos discutiam a constitucionalidade do Decreto-Lei 2.012, o Governo Federal baixou mais dois decretos-leis alterando a política salarial: o 2.024 e o 2.045.

O Decreto 2.024 estabeleceu a seguinte situação para os reajustes semestrais:

- de um a 7 salários mínimos, 100 por cento do INPC;
- de 8 a 15 salários mínimos, 80 por cento do INPC;
- de 16 a 20 salários mínimos, 50 por cento do INPC.

E o Decreto-Lei 2.045, estabeleceu as chamadas “desindexações” do salário. Por este critério, as elevações dos preços dos bens de consumo popular, motivadas por variações climáticas, quebras de safras e outros fatores, não seriam consideradas para efeito do reajuste dos salários.

Tudo em nome do combate à inflação, conforme a receita do FMI.

O Governo considera fundamental a aprovação do Decreto-Lei 2.045, pelo Congresso Nacional através do recurso espúrio do decurso de prazo, para o sucesso das negociações com o FMI.

Chega a ponto de considerar esta aprovação, um problema de segurança nacional, afirmando em várias oportunidades, que a rejeição do Decreto-Lei 2.045 comprometeria a abertura política, o que poderia implicar em um novo endurecimento do regime.

Uma linha de argumentação repudiada pela Nação, incluindo amplos setores do PDS no Congresso Nacional, como ficou claramente demonstrado no debate realizado entre o Ministro Delfim Netto e os membros da bancada do Partido do Governo, em 31 de agosto de 1983.

O que, trocado em miúdos, Srs. Deputados, significa que o Governo, submisso aos banqueiros internacionais, pretende manter a Nação imobilizada pelo terror de um futuro ainda mais negro, se o Congresso Nacional tiver a ousadia de rejeitar o Decreto-Lei 2.045.

Contra este procedimento autoritário, o PMDB está



sozinho em sua longa tradição de lutas. Esta é também a causa de todos os assalariados e de todos os democratas deste País.

Srs. Deputados, o povo está sendo chamado a pagar as despesas de um banquete para o qual não foi convidado. Os promotores deste grande festão são aqueles mesmos que se encarapitaram no Poder, em 1964. Já naquela época urdiram a Lei n.º 4.725, chamada Lei do Arrocho. Era, segundo eles, uma lei transitória e que de transitória não teve nada, e foi responsável pela concentração de rendas e desigualdades sociais que hoje explodem nas ruas do País.

Nada mais, nada menos, do que o velho incentivo do capitalismo. A apropriação do produto da jornada dura do trabalhador e da jornada de suor e sangue do trabalhador, se construiu a "Disneylândia Nacional", de TVs a cores e carros de luxo, em benefício de minorias privilegiadas. Os excessos da festa, a leve embriaguez da tecnocracia deslumbrada, acabaram por lançar o País na bancarrota. Os donos do "buffet" internacional, hoje, querem cobrar a conta de uma só vez, exigem o monopólio da informática e o que resta de política nacionalista de minérios, e mais, o controle das grandes empresas estatais, e dos bancos. Mal curtindo o seu porre, os técnicos burocratas oferecem, nessa sesta, envasado em cristal das rochas de nossas jazidas, um pouco mais do sangue dos trabalhadores. É o Decreto 2.045 que impõe, pela primeira vez no mundo, em forma de pública e descarada lei, o empobrecimento dos trabalhadores. O povo como rato, e o calango surge como prato de resistência do cardápio brasileiro, o feijão sobe 205 %, ou seja 52,7 acima da inflação e 80 % acima do INPC.

O milho aumenta 164 % e a soja 143 %; aumento médio dos produtos agrícolas é de 168 %. No Nordeste 25 % das crianças morrem antes do primeiro ano de idade, de fome. E num país onde o trabalhador não tem seguro-desemprego, o Governo propõe a recessão, ou melhor, propõe o genocídio.

Segundo a FIEP, desde novembro de 80 até o mês passado, o setor industrial perdeu 412 mil empregos; 100 mil nos primeiros sete primeiros meses deste ano. No entanto, a corrupção continuacampeandossolta e alguns brasileiros desocupados se propõe ao cargo de síndicos indiretos desta massa falida, não ao 2.045, é uma questão suprapartidária. Como é também suprapartidária a questão da constituinte e da eleição direta para Presidente da República.

Os antigos camponeses da Lituânia exorcizavam os seus vampiros com a cruz e o alho; aos modernos vampiros do sangue brasileiro, já não assusta mais o alho. Mas será bastante para exorcizá-los, a vontade política de um povo consciente da exploração, vontade manifestada através de eleições livres e indiretas, que nos conduzirão à Assembléia Nacional Constituinte e a um Presidente da República que conte com a confiança da Nação Brasileira.

Trabalhadores, o apoio que vocês recebem desta Assembléia, é o apoio unânime dos Deputados desta Casa e não podia ser diferente. Em uma Assembléia na qual os parlamentares são eleitos com o voto direto do povo.

Para registrar a posição dos trabalhadores aqui presentes, eu passo a palavra ao nosso companheiro, Vice-Líder Rubens Bueno. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, e Srs. Deputados. (Lê).

"As Entidades Sindicais de Trabalhadores do Estado do Paraná vêm, novamente, a público, e em especial, apelar à classe política de nosso Estado e do País, no sentido de que sejam repellidos, pelo Congresso Nacional, os Decretos—Leis números 2.024 e 2.045 que modificaram a política salarial brasileira.

Não se insurgem os trabalhadores, através de suas representações classistas, tão somente contra o conteúdo dos Decretos—Leis mencionados, mas, principalmente, contra a arbitrá-

ria e injustificável atitude, do Poder Executivo, em modificar segundo a sua vontade e entendimento, na forma que melhor lhe pareça favorável, conquistas adquiridas, pela classe laboral, através da manifestação de seu órgão de representação política, ou seja, o Congresso Nacional.

Se necessárias modificações, nas leis que regem a matéria, nada mais justo que sejam precedidas de amplo debate, possibilitando, assim, sejam convalidadas pelo respaldo da manifestação popular, através do voto de seus representantes políticos.

O que não pode ocorrer, certamente, é os trabalhadores arcarem sozinhos com todo o peso das medidas adotadas pelo Poder Executivo, que se destinam a satisfazer, conforme reiteradas notícias, o FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL—F.M.I.

Não pode ocorrer, de forma alguma, inclusive, é a submissão do País ao capitalismo internacional, em autêntico desprezo à sua própria soberania e em expressa renúncia à dignidade da Nação.

A Nação Brasileira não necessita de sacrifícios que sejam impostos a parcelas da população, como acontece, reiteradamente, com a classe trabalhadora.

Precisa a Nação, isto sim, de um redirecionamento de sua política econômica, um reestudo de suas prioridades, de forma que, com a reconquista da credibilidade em seus governantes, possa o povo acatar os sacrifícios que se fizerem necessários ao bem estar do País.

Os trabalhadores acreditam em sua força de trabalho e têm imensa esperança na recuperação do País. Todavia, esta fé e esperança devem ser completadas com a confiança nas forças políticas, que se firmará, iniludivelmente com a rejeição, pelo Congresso Nacional, dos Decretos—Leis números 2.024 e 2.045, assim como de qualquer outro que, arbitrariamente, venha a modificar a política salarial, em prejuízo da classe trabalhadora.

Tal procedimento do Congresso Nacional, exigido pelos trabalhadores brasileiros, demonstrará a existência da soberania do Poder Legislativo e o posicionamento da defesa da soberania e da dignidade da Nação, reolocando-a na graduação correta, na escala dos sentimentos do povo brasileiro".

Assinam: a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná; Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Imobiliária do Estado do Paraná; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná; Sindicato de Artefatos de Couro; Sindicato dos Vendedores e Viajantes; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Curitiba; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná; Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviço e Saúde do Estado do Paraná; SINDIPETRO—Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica de Curitiba; Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a gentileza de Vossa Excelência e quero manifestar o meu apoio ao pronunciamento que faz Vossa Excelência da tribuna, sucedendo ao Deputado Roberto Reguião.

E devo dizer que também sou contrário ao Decreto 2.045 e mais, que é necessário que efetivamente o Congresso Nacional como caixa de ressonância da Nação brasileira, rejeite este decreto e ofereça ao trabalhador deste País, a oportunidade de se reencontrar com o poder aquisitivo digno, que lhe permita sobreviver, e ao mesmo tempo subsistir diante da grave crise de hoje.

Para concluir, para não tirar o tempo de Vossa Excelência devo também reiterar que mais do que nunca é chegada a hora de a Nação ser efetivamente ouvida, e ninguém melhor no Parlamento do que os Deputados e os Senadores para se fazerem ou-



vir, fazendo repercutir o que pensa a Nação. Parabéns a Vossa Excelência e muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Muito Obrigado pelo aparte e eu incorporo com muito prazer ao manifesto que acaba de ser lido das entidades classistas dos trabalhadores do Paraná.

Queria só ler o requerimento que nós propomos no dia 8 de agosto. (Lê) — “Súmula: Requer encaminhamento de voto de repúdio ao Decreto—Lei Federal n.º 2.045/83).

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, com conseqüente encaminhamento da decisão ao Congresso Nacional, de um voto de repúdio ao Decreto-Lei Federal n.º 2.045/83.

Tal manifestação, faz-se necessária, em virtude da violência com que tais medidas se impõe no dia a dia dos trabalhadores brasileiros, com suas conseqüências inevitáveis do aumento da miséria em nosso País.

É dever desta Casa, colaborar no sentido de coibir medidas desta natureza, para que a já sofrida população brasileira, não se veja atingida por iniciativas personalistas e unilaterais, evitando-se assim maiores sacrifícios e sofrimentos por parte da mesma.

Este é o momento certo, para que os legítimos representantes do povo, unam seus esforços na defesa dos direitos dos seus representados. Dê-se ciência aos Presidentes da Câmara Federal e Senado da República, bem como às lideranças naquelas Casas.

Sala das Sessões, 08 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO — Deputado Estadual

Aprovado pelos Parlamentares do PMDB e do PDS, nesta Casa.

Os ofícios do Presidente desta Casa ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Flávio Marcílio; ao Presidente do Senado Federal, Nilo Coelho; ao Deputado Nelson Marchezan, Líder do PDS; ao Deputado Freitas Nobre, Líder do PMDB; à Deputada Ivete Vargas, Líder do PTB; ao Senador Aluísio Alves, Líder do PDS; ao Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB, ao Deputado Aírton Soares, Líder do PT; ao Deputado Luiz Fernando Bocaiúva, Líder do PDT; ao Deputado Senador Nelson Carneiro, Líder do PTB e ao Deputado Roberto Saturnino, Líder do PDT, lembrando ainda que foi aprovado nesta Casa o voto de repúdio apresentado pelo Deputado Fiori Luiz.—  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à liderança do PDS se quer fazer uso do espaço que lhe é reservado

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Por quinze minutos, Senhor Presidente, falará o Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel, por quinze minutos.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor Presidente, senhores Deputados.

Venho à tribuna em nome do Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder da nossa Bancada, e por extensão, em nome de todos os companheiros que a integram. Quero registrar aqui, inicialmente, a presença das entidades sindicais de trabalhadores do Estado do Paraná que vêm novamente a público, em especial apelar à classe política do nosso Estado e do nosso País, no sentido que sejam repelidos pelo Congresso Nacional os Decretos-Lei de número 2024 e 2045, que alteram substancialmente a legislação específica e que regulamentava a política salarial no Brasil.

Senhor Presidente, senhores Deputados, de todos os pontos do território nacional, e com as manifestações de que o povo brasileiro já não suporta viver no círculo vicioso do processo inflacionário e recessivo, a que o País foi submetido pela adoção de uma política econômico-financeira que mergulhou a nos-

sa população num dos períodos mais críticos da história contemporânea.

É unânime a afirmação de que os brasileiros não têm condições de suportar por muito mais tempo a convivência com os elevadíssimos índices de inflação e de queda da atividade econômica com o conseqüente aumento do desemprego.

A opinião pública nacional é de que chegamos a um ponto em que se tornou imperativo alterar os rumos da política econômica atual. Manter-se insensível a essa realidade, é pretender enfrentar um desafio na qual o fermento da inquietação estará fazendo crescer a massa que poderá levar-nos a uma convulsão social.

A propósito, fui buscar no livro de Antony Sampson intitulado “Os Credores do Mundo”, que na página 342, ao abordar o capítulo de um “tratamento de choque” a um determinado país latino-americano, está expresso: “O Fundo Monetário Internacional sempre declarou que era politicamente neutro e que apenas insistia em ajustamentos e estabilidade econômica a fim de permitir a um País qualquer saldar seus empréstimos. Esta estabilização, no entanto, podia ter implicações fatais para a democracia. A receita habitual é desvalorizar a moeda, reduzir os salários e abrir o País ao comércio externo e aos investimentos estrangeiros”.

Talvez tintas bem mais escuras pintassem melhor este quadro sombrio da realidade brasileira. É triste e desolador constatar que chegamos a uma situação insustentável, pela magnitude do “deficit” público, que impede que sejam atingidos os objetivos fundamentais, como conter a inflação, reduzir as taxas de juros, e retomar as atividades no setor privado.

Basta observar que, no primeiro quadrimestre deste ano, a cobertura do “deficit” público consumiu um trilhão e trezentos bilhões de cruzeiros, do total de um trilhão e novecentos bilhões de cruzeiros, de expansão das operações ativas do Banco Central, neste período.

Como é possível, portanto, contemporizar com esta situação de excesso de gastos públicos, no qual ressalto a atuação negativa principalmente das empresas estatais? Como é possível continuar impondo aos brasileiros tamanha situação de descalabro? Pois este excesso de gastos públicos traduz-se num imposto inflacionário pago por toda a sociedade brasileira.

Não. Não é mais possível. Não se pode mais contemporizar. Se na ordem interna precisamos, urgentemente, de reformulações para acabar com estas distorções, torna-se imperativo também que na ordem externa, atuemos eficazmente para corrigir outras distorções, como a elevação unilateral das taxas de juros, da nossa dívida externa, pelos nossos credores.

Reporto-me, mais uma vez, à citação do livro “Os Credores do Mundo”, à página 348, que registra a opinião de um servidor do Fundo Monetário Internacional. Diz ele, e lá está expresso, “em todos os casos em que estes drásticos remédios haviam sido receitados, ou provocaram a morte da democracia, ou a queda do Governo”. E prossegue o referido livro a nos mostrar a opinião do Presidente do Banco Mundial, Tom Clausen, à página 353: “quando o povo está em desespero, temos revoluções”. É de nosso evidente interesse agir para que as coisas não sejam levadas a este ponto.

E continua o Presidente do Banco Mundial, na ocasião, recomendando aos bancos internacionais, aos financiadores do grande “deficit” mundial, para que medidas mais acessíveis sejam adotadas com relação aos países subdesenvolvidos e endividados. Diz ele ainda...

✶ Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte após...

O SR. ODENI MONGRUEL — Logo a seguir. Temos que conservar vivo o paciente porque, de outro modo, não poderíamos efetuar a cura. Este testemunho consta de uma entrevista também dada ao “Sunday Times” de Londres, em 23 de novembro de 1980 e que vale aqui e agora a pena lembrar.

Mas, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, o que mais sobressai na atual conjuntura brasileira é a questão relacionada com a remuneração dos vinte e seis milhões de brasileiros assalariados, que estão vivendo momentos de angústia e de inquietação provocados pelos Decretos de n.º 2024 e 2045, ambos consubstanciam o arrocho salarial que vai esvaziar outra vez o bolso já furado dos trabalhadores brasileiros, impotentes para fazer frente, até mesmo às suas despesas de subsistência, ante uma inflação que tornou as prateleiras dos supermercados e as banquinhas de feiras-livres, como depósito de esperanças e locais de contemplação, pois aos trabalhadores não é mais possível adquirir o que ali contém, tal o custo dos produtos e artigos que foram tornados proibitivos para grande massa de brasileiros.

Indexada ou desindexada, a verdade é que a nova política salarial, se transforma no inimigo maior do emprego, ao provocar a queda do poder de compra do salário, declinando o nível de consumo, dando como consequência a redução das vendas, que se reflete na produção e que acaba por reduzir ainda mais a oferta de empregos.

Logo essa política não pode contar com o nosso apoio, pois contraria o programa do Partido Democrático Social, no qual se insere o direito ao trabalho digno, ao salário justo, a moradia, a educação, a saúde, a alimentação, a segurança individual e coletiva. Nós fomos buscar o fundamento deste nosso posicionamento nos estatutos da nossa agremiação partidária. O Partido Democrático Social, apoia o sistema econômico que deve fidelidade aos valores sociais, planejado para servir o homem e não esta economia, pois a tradução ontemporânea de liberdade, de criar bens e serviços, em consonância para as aspirações gerais, bem como de produzir riquezas para todos, gerando emprego, renda e poupança, é a economia social de mercado, baseada na justiça social e na solidariedade.

O programa de ajuste econômico, apresentado pelo Governo, só alcançará resultados positivos, se for baseado em atitudes firmes, tais como promover uma drástica redução do "deficit" público e uma austera contenção dos gastos de Governo.

É preciso acentuar que as empresas privadas têm condições de oferecer reajustes salariais, acima do proposto pela legislação e análise. Ao Governo cabe, no momento, promover uma baixa das taxas de juro, sem o que não haverá possibilidade de investimentos do setor privado, dificultando consequentemente a retomada do desenvolvimento econômico. De nada adiantarão decretos-leis, caso não sejam empregados, juntamente com o elenco de medidas que visem ajustar a economia em todos os setores e não apenas e injustamente, em cima dos trabalhadores.

A alteração da política salarial, está materializando a impossibilidade de sobrevivência do trabalhador brasileiro, ao retirar ainda mais o poder de consumo da população, que já está passando fome. É chegada a hora de mudar uma política econômica, montada no tripé, formado pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, e no Banco Central, porque esta política se distanciou dos anseios e aspirações da sociedade brasileira, para se submeter às injunções e interesses das grandes corporações financeiras internacionais, hoje transformadas em agentes de um capitalismo selvagem.

Essa política, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, está se tornando por demais perversa ao trabalhador brasileiro, ao nosso povo, e com isso nós não podemos pactuar.

Impõe-se reformulá-la para que ganhemos o presente e possamos assegurar o futuro desta Nação, em paz, progresso e justiça social.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu me reporto mais uma vez ao livro já citado, "Credores do Mundo", para buscar à página 342, a manifestação de Julius Iverêre, Presidente da Tanzânia.

Foi este cidadão responsável pela elaboração de um relatório denominado "Iniciativa Aruscha", denunciando a política do Fundo Monetário Internacional, e pedindo uma conferência especial das Nações Unidas para discutir-se sobre a moeda internacional. Diz ele:

"A medicação do FMI favorece sistematicamente os setores mais conservadores da sociedade e os centros tradicionais do poder".

Tece algumas considerações complementares e ainda diz:

"As políticas do Fundo, concebidas para promover a "estabilização", na verdade contribuíram para desestabilização e a limitação do processo democrático".

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço a Vossa Excelência, sabendo da precariedade do seu tempo, agradeço e digo a Vossa Excelência que nós estamos de acordo e o Paraná está de parabéns, pois as duas bancadas do Legislativo estão dizendo a verdade.

Faz-se lembrar quando a França estava conturbada e dizia-se a uma rainha: "O povo já não come pão", e respondia a rainha: "que coma bolo".

É isso que o Delfim Netto está fazendo conosco. Vossa Excelência disse muito bem, como disseram muito bem os Parlamentares do PMDB. Devemos reagir, e que o Paraná sirva de exemplo para que os Parlamentares tenham coragem de dizer isso que Vossa Excelência disse e que disseram os dois Parlamentares que o antecederam, da Bancada do PMDB.

Meus parabéns ao Paraná. Haveremos de reagir, dizer um basta, não ao FMI, mas aos homens que protegem a política econômica do Brasil. Dizer para eles que criem vergonha, para que nós políticos possamos ainda salvar o que resta deste País.

Um país que quando vê uma pepita de ouro de 62 kg surgir do seu solo, sente que, não pode estar o seu povo passando fome.

Muito obrigado pela sua consideração Deputado.

O SR. ODENI MONGRUEL — Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) — Sr. Presidente, dos quinze minutos restantes desta Liderança, nós concedemos cinco minutos ao Deputado Augusto Carneiro e os dez minutos restantes ao Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra o Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Senhor Presidente, Srs. Deputados e senhora Deputada.

Ocupo a tribuna, lembrando aqui de que alguns dias atrás, desta mesma tribuna, pronunciei-me chamando a atenção do atual Governo para a sua responsabilidade de procurar melhorar a sua condição, para enfrentar o aumento da criminalidade que aflige e assusta a todos nós.

Outros pronunciamentos se sucederam nesta Casa, de Deputados de ambas as bancadas, trazendo fatos, mostrando a verdade e fazendo um alerta para a necessidade de que a segurança de nosso Estado procure se aprimorar, procure reagir contra o aumento extraordinário da criminalidade.

Neste último final de semana, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós verificamos um fato que merece ser trazido a conhecimento desta Casa para ver se providências serão tomadas.

Quando viajávamos a Cascavel acompanhando a Federação que iria representando a Região Metropolitana, disputar o Campeonato de Judô Infante-Juvenil, em cujo ônibus viajavam todos os desportistas representantes dessa microrregião, e este ônibus sofreu uma tentativa de assalto.

Após o ônibus transpor as barreiras que foram colocadas e que costumeiramente são colocadas pela quadrilha organizada que atua naquela região, a região entre Laranjeiras do Sul e Guaraniáçu, na Estrada 277.

E ao ônibus transpor a barreira colocada pelos quadri-

lheiros, sofreu uma rajada de tiros de armas de todas as espécies, colocando em risco a vida dos passageiros, pelos tiros, e também pelo descontrole que o ônibus ficou, pois o seu motorista ficou com a cabeça marcada por estilhaços de vidro, que os projéteis causaram.

Questionado na cidade de Cascavel para que pudesse alguém da segurança acompanhar este ônibus no seu retorno, tivemos ciência de que este não foi o primeiro e talvez não será o último caso.

Muitos assaltos já ocorreram naquela mesma localidade, e daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que podemos concluir com isto é que se os assaltos ocorrem sempre no mesmo local, a dez quilômetros aproximadamente de Guaraniaçu, deve ser sempre a mesma quadrilha; e esta quadrilha que ali atua, deve estar, sem dúvida, e é de suspeita geral das autoridades até de Cascavel, de que está mancomunada com a polícia, estes bandidos que ali atuam, e há a necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nesta Casa que é a ressonância do nosso povo, possa alguma medida ser tomada a este respeito, pois se este aumento de criminalidade continuar assim, vejam Srs. Deputados o perigo que nós caminhamos, pois na medida em que a segurança do nosso Estado se omite, o crime aumenta, e se isto se torna moda, Sr. Presidente, onde vamos parar? Na hora em que quadrilhas a exemplo dessa que ali atua, possa em todas as estradas deste nosso Estado, continuar roubando e matando, onde vamos parar?

Há necessidade de que o Estado através do seu Governo tome medidas urgentes e necessárias, para pelo menos impedir o crescimento da criminalidade neste Estado.

E é por isso, Sr. Presidente, que nós apresentamos um requerimento, o qual não vou ler porque o tempo não permite; mas é um requerimento respeitoso pedindo a designação de um Delegado Especial. Se existe dúvida quanto ao comportamento da polícia local, há a necessidade então de uma equipe, quem sabe da segurança pública, para poder averiguar estes fatos, desbaratar esta quadrilha para tranquilidade da gente do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro, esta Presidência quer registrar com satisfação a presença de Sua Reverendíssima Dom Agostinho Sartori, Bispo Diocesano de Palmas, que visita este Poder.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro, por dez minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Imaginávamos que um Governo eleito pelo voto popular, que fez uma cansativa pregação no tempo da campanha eleitoral, assumisse uma postura séria e irrenunciável de compromisso com as conquistas sociais de todos os extratos da sociedade do Paraná. Como imaginávamos também que um Governo eleito por uma massacrante maioria do povo paranaense, honrasse depois de empossado todos os seus compromissos de campanha, e fosse além dos compromissos para atender à aspiração legítima daqueles que contribuem com o desenvolvimento do Paraná.

Venho à tribuna hoje não para oferecer o testemunho do meu reconhecimento ao cumprimento das promessas do Governador José Richa, infelizmente, porque eu sentir-me-ia muito mais feliz se aqui estivesse para manifestar o meu apoio, e porque não dizer, a minha palavra de elogio ao Governador do Estado. Mas não posso. Não porque não o queira, mas porque as circunstâncias não me permitem e porque, na verdade, o Governador José Richa demonstra dia após dia, que é um homem pouco apegado ao cumprimento formal de cumprir aquilo que prometeu, e de fazer da sua atuação governamental um postulado de seriedade e de respeito ao povo paranaense.

Ainda há pouco, da tribuna desta Casa, denunciava o Deputado Alencar Furtado, companheiro do Governador José Richa, a sonegação de direitos no Banco do Estado do Paraná aos funcionários dessa instituição de crédito; e eu me recordava do projeto de lei que apresentei nesta Casa no segundo semestre do ano passado, e que somente foi deliberado no primeiro semestre deste ano, e que foi rejeitado pela maioria massacrante do PMDB e pela maioria massacrante do Governo do Paraná, representado neste Poder Legislativo. Projeto de lei que tinha a finalidade de oferecer maior participação dos funcionários do Banco do Estado na gestão de sua administração, seja no Banco em si, seja nas empresas do Conglomerado BANESTADO. E naquela ocasião, munido do Código Comercial, munido do Estatuto do Banco do Estado do Paraná, munido de Resoluções do Banco Central e de outras literaturas ligadas ao sistema bancário nacional, o Deputado Nilso Sguarezi, líder do Governo, foi à tribuna e condenou o nosso projeto de lei dizendo, dentre outras coisas, que o Estatuto do Banco do Estado do Paraná já assegurava a participação de um de seus funcionários na sua Diretoria. Evidente que nós não nos conformamos com os seus argumentos e muito menos por eles fomos convencidos, até porque o projeto de lei que apresentávamos com apoio de toda nossa bancada previa que cinquenta por cento dos cargos do Banco e das empresas do Conglomerado, deveriam ser preenchidos por funcionários de carreira de nossa Instituição de Crédito, que dispõe de mais de oito mil funcionários que podem e estão capacitados a oferecer a sua contribuição.

Hoje, no entanto, a conclusão a que se chega, Srs. Deputados, é que o Governo José Richa, quer aplicar um grande golpe nos funcionários do BANESTADO, eliminando o dispositivo estatutário que assegura aos funcionários, participação numa das diretorias da Instituição Oficial de Crédito do Paraná.

Aquela mesma miserável participação, pobre e escassa, que o Deputado Nilso Sguarezi, Líder do Governo, afirmava já ser um direito dos funcionários, da tribuna desta Casa, quando manifestava seus argumentos para comandar a nossa grande rejeição, àquele nosso projeto de lei.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência concede um aparte? O SR. AIRTON CORDEIRO — A seguir, Deputado Mongruel.

Hoje o que nós vemos, é a denúncia de setores do Banco, de que na assembléia geral, de amanhã, deve ser homologada a alteração no Estatuto do Banco do Estado do Paraná, alteração para pior, promovida por um governo que se elegeu para mudar para melhor. Pura e simplesmente, far-se-á a supressão do artigo do Estatuto do Banco do Estado do Paraná, que garante a presença de um funcionário do Banco na sua diretoria.

Aliás, já na atual diretoria, não existe um único funcionário do BANESTADO ocupando uma função à sua conquista, desde o tempo em que Máximo Kopp foi Presidente do Banco. Os últimos governos consagraram esta conquista, mas Richa vai se consagrar como governador que tirou dos funcionários do Banco, o direito de participarem da sua administração.

Lamentável que isto aconteça num governo que pregou igualdade enquanto na tribuna do palanque eleitoral.

Lamentável que isto aconteça no Governo do PMDB, que pregou a participação do trabalhador, na gestão dos negócios da Empresa.

Lamentável, que isto aconteça num governo de um Partido que desfraldou a bandeira da igualdade, que combateu e condenou o Capital estrangeiro; que gritou por este Paraná inteiro, que os nossos trabalhadores deveriam merecer maior atenção.

Os brados todos foram esquecidos, e hoje o que se sabe é que os funcionários do Banco do Estado do Paraná, perderão o seu escasso direito de poderem participar da administração do nosso Banco Estadual.

Concedo o aparte, pela ordem, ao Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Deputado Airtton Cordeiro, Vossa Excelência faz uma denúncia desta tribuna, que nos coloca, a todos do Poder Legislativo, numa posição incômoda. Explique por quê.

Nós acabamos de trazer o testemunho de ambas as bancadas contrárias à aprovação do Decreto 2024 e 2045. E fizemos isto, na presença das entidades dos trabalhadores aqui representados.

Veja só, Vossa Excelência, tão logo eles se afastaram, Vossa Excelência veio à tribuna e denuncia um fato que coloca o Poder Executivo Estadual, também numa situação incômoda, porque de fato, o Governo do PMDB é contrário à aprovação dos referidos decretos.

Porém, com relação ao funcionalismo do Banco do Estado do Paraná, se comporta da mesma maneira, que os propostos nos referidos decretos. Essa atitude que o Governo do Estado, através da administração central do Banco do Estado, pretende adotar na política salarial dos seus quadros de servidores, indiscutivelmente é a mesma matéria que está objetivada nos decretos que estão ora sendo discutidos no Congresso Nacional.

Portanto, prega-se uma coisa, e faz-se outra coisa.

Gostaria de salientar, a oportunidade da sua observação, parece um libelo contra o Poder Legislativo, pois se comporta de forma teatral, e contra o Poder Executivo, que orienta a sua bancada para um tipo de comportamento, quando se refere ao trabalhador de um modo geral, e quando se refere ao trabalhador do Estado, o comportamento é exatamente o mesmo, preconizado pelos decretos que estão sendo discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência concede um minuto para concluir sua oração.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, pedindo escusas aos Deputados Tércio e Rubens Bueno, que me haviam solicitado apertes também. Quero apenas registrar a posição do Sindicato dos Bancários de Curitiba, que reunido com todos os funcionários do Banco do Estado do Paraná, sugere mais o seguinte à sua diretoria: que seja reativada a diretoria de Recursos Humanos, prevista no item 5, do art. 25, dos Estatutos; que a vaga existente nessa diretoria seja preenchida por um funcionário de carreira do Banco, eleito por funcionários de forma livre e democrática, e que nas empresas do conglomerado seja da mesma forma, eleito, no mínimo, um dos seus diretores, escolhido entre os funcionários da respectiva empresa.

E para concluir, Sr. Presidente, informo que reapresentarei o meu projeto de lei, protegendo os funcionários do Banco do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n.º 2/71, abre prazo por 3 (três) dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 21 do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição n.º 69/83, proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

Sobre a mesa, projeto de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/83, (Mensagem n.º 73/83, ex-Proposição n.º 74/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 13/05/82 entre o Governo do Estado do Paraná e a URBS, com interve-

niência do Município de Curitiba, e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/83, (Mensagem n.º 68/83, ex-Proposição n.º 71/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Convênio celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com municípios que especifica, objetivando a execução do PROSSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/83, (Mensagem n.º 71/83, ex-Proposição n.º 72/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação e Compromisso celebrado em 31/12/81, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Andirá, objetivando construção do Terminal Rodoviário naquela cidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/83, (Mensagem n.º 63/83, ex-Proposição n.º 67/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vereador Sebastião Viana Pereira, do Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 16.º aniversário do Município de Nova Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando regime de urgência na tramitação do Projeto de Resolução n.º 06/83, que estabelece a consignação no Orçamento do Poder Legislativo, por indicação do Sr. Deputado, subvenção social e dá outras providências. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Mensagem Governamental n.º 78/83, que trata da extinção da Secretaria dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6636, de 29.11.74, transferindo suas atribuições, pessoais e patrimônio para a Secretaria da Administração. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 16.º aniversário de emancipação política do Município de Nova Aurora, bem como sua indicação para representar o Poder Legislativo nas festividades nos dias 18 a 25 do corrente mês. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando a indicação de uma comissão composta de cinco membros, para representar este Poder nos festejos de aniversário do Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a implantação do ensino de segundo grau no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo estudos no

sentido de atender reivindicações referentes ao Município de Campina da Lagoa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a liberação de verba destinada ao Município de Mariluz. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a elevação da CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, para uma Coordenadoria Regional, localizado no Município de Campo Mourão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, encarecendo estudos no sentido de se autorizar a 52.ª IRE a contratar professores em regime de CLT, no Município de Goioerê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, subscrito também pelo Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a designação de delegado especial, objetivando ações cabíveis na repressão aos assaltos a ônibus na BR-277 entre os Municípios de Laranjeiras do Sul e Guaraniáçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica num trecho aproximado de 30 km, entre a sede do Município de Ubatã, via Distrito de Yolanda, até o Distrito de Quarto Centenário, no Município de Goioerê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, apelando no sentido de que, no Projeto da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o Distrito Judiciário de Ibiracema, no Município de Catanduvas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Márcio Almeida, Roberto Requião, Luiz Alberto Oliveira, José Antônio Fonseca e Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, visando a retirada do Decreto-Lei n.º 2045, ora em trâmite pelo Congresso Nacional e sua conseqüente revogação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja encaminhado moção de apoio às lideranças dos partidos políticos representados no Congresso Nacional, solidariedade desta Casa, no sentido de que a Câmara e o Senado repudie, através de uma maioria esmagadora os famigerados Decretos-Leis n.ºs 2024 e 2045, que modifica a Política Salarial Brasileira. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, visando esclarecimentos sobre as versões que circulam no funcionalismo do BANESTADO e no Sindicato dos Bancários de Curitiba, dando conta de que a Assembléia Geral Extraordinária do BANESTADO marcada para o dia 21.09.83, visaria alterar os estatutos sociais de forma a excluir o dispositivo estatutário que garante aos funcionários da Casa uma das diretorias. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando a inclusão no Orçamento de 1984, daquela Pasta, de verba para construção de um Ginásio de Esportes no Município de Cafelândia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

aos Srs. Ministros do Planejamento e da Fazenda, sugerindo que sejam destinados vinte por cento do total bruto de apostas da Loteria Esportiva e da Loto para atender as necessidades do Nordeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, visando a inclusão no orçamento do próximo ano, das referidas pastas, de verba para asfaltamento da estrada ligando os Municípios de Toledo a Cafelândia, passando pelo Município de Tupãssi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando consignação de voto de apoio e solidariedade à "Gazeta do Povo", e encaminhamento de apelo aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais desta Casa de Leis, da matéria intitulada "Eureka a Richa", publicada no "Jornal Indústria e Comércio", de 16.09.83. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido e informações ao Sr. Governador do Estado, referente a importações e exportações junto à CEXPAR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, subscrito também pelos Srs. Deputados Edgar Pimentel e Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Canal 4, pela instalação da repetidora no Município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, visando a criação e instalação de Curso Supletivo de segundo grau, no Município de Ponta Grossa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio, bem como à Secretaria do Planejamento da Presidência da República, visando a revogação do Decreto-Lei n.º 210/67. — **Encerrada a discussão. — Em votação.**

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Vinte e sete Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 21, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 129 e 156/82 e 34 e 71/83.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 74, 75, 76/83 e do Projeto de Lei n.º 97/83.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 06, 12, 77 e 78/83.

Levanta-se a sessão.